

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

LEONARDO COELHO DE ARAÚJO

GESTÕES MUNICIPAIS NO BRASIL: um estudo a partir do Índice de
Efetividade (IEGM) publicado pelo Instituto Rui Barbosa

**VITÓRIA
2018**

LEONARDO COELHO DE ARAÚJO

GESTÕES MUNICIPAIS NO BRASIL: um estudo a partir do Índice de Efetividade (IEGM) publicado pelo Instituto Rui Barbosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível Profissionalizante.

Orientador: Professor MSc. João Eudes Bezerra Filho.

**VITÓRIA
2018**

LEONARDO COELHO DE ARAÚJO

GESTÕES MUNICIPAIS NO BRASIL: um estudo a partir do Índice de Efetividade (IEGM) publicado pelo Instituto Rui Barbosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – nível Profissionalizante.

Aprovada em 11 de outubro de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Msc.: JOÃO EUDES BEZERRA FILHO

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças– FUCAPE

Prof. Dr.: FABIO YOSHIO SUGURI MOTOKI

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças– FUCAPE

Prof^a. Dra.: ARILDA TEIXEIRA

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças– FUCAPE

Dedico este trabalho à minha esposa e filhos, pela paciência comigo, pois foram muitos dias nos quais tive que abrir mão de suas companhias para atingir este objetivo. Aos meus pais, Adalgisa e José Daguia, que apesar de inúmeras adversidades, mas sempre contando com a ajuda do nosso Criador, conseguiram fazer de mim aquilo que todos os pais desejam para seus filhos: “transformá-los em pessoas de bem”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu Criador pela paciência, por nunca ter desistido de mim e pela saúde e paz que ele tem me proporcionado ao longo de minha vida;

Ao meu orientador, Professor Msc. João Eudes Bezerra Filho, por todos os ensinamentos e por partilhar comigo um pouco do seu imenso conhecimento e experiências e por ter me ajudado a tornar concreto aquilo que inicialmente parecia impossível;

Ao Professor Doutor Fábio Moraes Costa, o qual foi uma figura imprescindível nos primeiros passos do projeto desta dissertação e que sempre será lembrado por mim como a pessoa que deu combustível para a construção deste trabalho;

A todos os professores da FUCAPE que, com brilhantismo, nos proporcionaram inúmeras portas para o conhecimento e abriram nossas mentes para novos horizontes;

A todos os meus colegas das turmas 2016.1, de Vitória/ES e Rio de Janeiro/RJ, por contribuírem de forma significativa durante toda minha jornada, em especial, aos colegas: Marcelo Valverde, Marta, Romildo, Estela, Fernando e Karen, amigos inseparáveis da linha de pesquisa “Contabilidade e Controladoria Aplicada ao Setor Público” no Rio de Janeiro, os quais contribuíram imensamente com esta pesquisa.

“A humildade exprime uma das raras certezas de que estou certo: a de que ninguém é superior a ninguém”. (Paulo Freire).

RESUMO

Há grandes dificuldades em vincular a eficiência de uma política pública à mudanças ocorridas em um município, estado ou mesmo um país. Nesse contexto, e partindo da publicação do índice de efetividade das gestões municipais brasileiras (IEGM), esta pesquisa tem como objetivo identificar os fatores que explicam os resultados do IEGM no Brasil. Para tanto, foi realizado um levantamento de dados sobre a efetividade dos municípios brasileiros disponibilizados no portal do Instituto Rui Barbosa, no período de 2015 a 2016. Os resultados apontam que as variáveis: população, receita total arrecadada, ideologia partidária, julgamento de contas pelo TCU, prefeito reeleito e a dependência de transferências voluntárias são fatores determinantes dessa efetividade. E que a maioria desses municípios receberam conceito “C” (Baixo Nível de Adequação) pelo IEGM. Tais resultados contribuem para explicar o que pode estar por trás de uma boa/má gestão governamental.

Palavras-chave: Gestão Pública Municipal; Indicador de Desempenho da Gestão Pública Municipal; Índice de Efetividade das Gestões Municipais (IEGM).

ABSTRACT

There are great difficulties in linking the efficiency of a public policy to the changes that have occurred in a municipality, state or even a country. In this context, and starting from the publication of the effectiveness index of Brazilian municipal administrations (IEGM), this research aims to identify the factors that explain the results of the IEGM in Brazil. To do so, a survey of data on the effectiveness of the Brazilian municipalities made available on the Rui Barbosa Institute portal during the period from 2015 to 2016. The results show that the variables: population, total revenue collected, partisan ideology, accounting judgment by TCU, re-elected mayor and dependence on voluntary transfers are determining factors of this effectiveness. And that most of these municipalities received "C" concept (Low Adequacy Level) by IEGM. These results contribute to explain what may be behind good / bad government management.

Keywords: Municipal Public Management; Indicator of Municipal Public Management Performance; Municipal Management Effectiveness Index (IEGM).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 10 atributos/habilidades de um gestor efetivo	167
Tabela 2 - Atributos de Controle Externo	23
Tabela 3 - Quantidade de municípios brasileiros efetivos por região do Brasil de acordo com o IEGM	25
Tabela 4 - Quantidade de municípios brasileiros por faixa de resultado do IEGM....	26
Tabela 5 – Classificação Ideológica de Partidos Recém-Abertos no Brasil	37
Tabela 7 - Regressão Logística e as Determinantes da Efetividade dos Municípios Brasileiros.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 DEFINIÇÕES DE EFETIVIDADE E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE UMA GESTÃO EFETIVA	14
2.2 PESQUISAS RELACIONADAS COM A EFETIVIDADE DAS GESTÕES PÚBLICAS	15
2.3 A VISÃO DA EFETIVIDADE SOB A PERSPECTIVA LEGAL NO BRASIL	18
2.4 RELAÇÕES DOS INDICADORES DE DESEMPENHO COM A EFETIVIDADE NAS GESTÕES PÚBLICAS	20
2.5 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM)	21
2.5.1 A Metodologia do IEGM	26
2.5.2 Premissas	27
2.6 HIPÓTESES DA PESQUISA	27
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	30
3.1 A COLETA DE DADOS	30
3.2 AS VARIÁVEIS DA PESQUISA E SUA DESCRIÇÃO	31
4 RESULTADOS DA PESQUISA	36
4.1 A ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS CONTÍNUAS DO MODELO	36
4.2 RESULTADOS DA REGRESSÃO	37
5 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	46
ANEXO A: PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM TODAS AS EDIÇÕES DO IEGM	54
ANEXO B: PARTIDOS POLÍTICOS ATIVOS NO BRASIL EM 2017	56
ANEXO C: RESULTADOS DA EFETIVIDADE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO (SEGUNDO O IEGM)	59
ANEXO D: MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM MAIORES CONCEITOS (B+) EM TODAS AS EDIÇÕES NACIONAIS DO IEGM	61
ANEXO E: COMPONENTE DO IEGM BRASIL	63
ANEXO F – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS	65
ANEXO G - ESCOLARIDADE DOS PREFEITOS ELEITOS NO BRASIL 2016	69

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

O setor público no Brasil vem passando por profundas mudanças na condução de suas políticas públicas, seja por conta do cenário econômico ou mesmo pelo aumento na cobrança da sociedade por políticas que tragam resultados efetivos à população. Assim, o atual cenário aponta a carência de gestões públicas preocupadas com resultados, cuja qualidade dos serviços públicos deve ser o foco, especialmente quando analisada sob a ótica das necessidades sociais (TCE/SP, 2017). Pois, é fato que há muito tempo o setor público tem recebido inúmeras críticas devido à sua performance (BEHN, 2003).

Segundo Diamond e Khemani (2006), desde 1994, o governo da Tanzânia implementou um ambicioso programa de reforma para melhorar a efetividade de sua gestão financeira que, inicialmente, se concentrou na introdução de sistemas e processos de formulação orçamentária e de gerenciamento de gastos efetivos e eficientes.

Para Santos e Hoffmann (2016), a proposição de serviços públicos efetivos tem sido um desafio para diversas organizações e esferas de governo. Mais recentemente, as pesquisas de Bevir (2009); Kissler; Heideman (2006), sobre a Nova Governança Pública posteriores ao modelo gerencial, chamam a atenção para a importância não apenas da eficiência dos serviços prestados, mas também da sua efetividade.

Para Boueri e Costa (2013), a evolução teórica e empírica em termos de planejamento das ações de políticas públicas e seus resultados sob o aspecto territorial no Brasil não foram acompanhados por inovações no marco jurídico

brasileiro que permitissem maior dinamicidade e efetividade dessas políticas a partir dessa abordagem.

Já Silva e Drumond (2004, p. 10) mencionam que a apuração de custos não encerra de forma alguma o problema da avaliação de desempenho das entidades públicas. E é nesse contexto que se devem buscar medidas de desempenho, pois, se a gestão der ênfase em avaliar meramente os métodos de custeio, ela correrá o risco de seus padrões de eficiência atingidos na prestação de serviços terem pouca importância para os usuários ou cidadãos, e isso comprometeria a eficácia e efetividade das atividades que devem ser prioritárias para uma gestão.

Nesse sentido, a pesquisa de Carvalho et al (2012), sobre os principais fatores que determinam o uso de um sistema de custos nos municípios portugueses, revelou, mediante estatística descritiva, que em relação aos fatores de contingências, a falta de suporte, dificuldades associadas à execução do sistema de custos local e a falta de recursos representaram barreiras importantes para a introdução dos sistemas de custos nos municípios. As constatações de Carvalho podem trazer como consequência reflexos negativos na efetividade dos municípios.

Segundo Andrews e Walle (2012), para avaliar os efeitos de uma gestão pública é preciso olhar para seus recursos e se suas práticas específicas foram inspiradas em ideias da nova gestão pública (NGP), e ainda, se seu desempenho está sendo comparado com o setor privado.

Foi neste caminho que em 2016 o Instituto Rui Barbosa, — que é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1973 pelos Tribunais de Contas brasileiros e responsável por estudos, pesquisas, capacitações, seminários, encontros e debates, tendo como foco aprimorar as atividades de responsabilidade dos Tribunais de Contas do país —, lançou um anuário do IEGM (Índice de Efetividade

da Gestão Municipal) o qual teve como objetivo apresentar fornecer um diagnóstico completo das gestões dos 5.570 municípios brasileiros e medir a efetividade de suas gestões.

De acordo com o (INSTITUTO, 2016), o índice tem como fonte de informações, a combinação de alguns dados:

- Informações dos governos e de outras fontes oficiais;
- Informações de sistemas autônomos (TAAC – Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador);
- Dados obtidos nas prefeituras municipais a partir do preenchimento de questionários.

Diante deste cenário, e com base na publicação do IEGM, no período de 2015 a 2016, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte questão-problema: Dentre as variáveis (determinantes) previamente identificadas na literatura, quais têm relação direta e/ou indireta com os resultados do IEGM, de modo a explicar os fatores que podem diferenciar as gestões municipais classificadas como efetivas, daquelas classificadas como não efetivas?

O objetivo desta pesquisa foi identificar os fatores que explicam os resultados do IEGM no Brasil.

A escolha desta temática se justifica pelo fato de que medições de desempenho estão recebendo atenção cada vez maior à medida que as organizações tentam implementar novos sistemas de mensuração que melhorem os objetivos organizacionais (CAVALLUZZOA; ITTNER, 2004), sobretudo pela incorporação do Princípio da Eficiência na Lei maior do país que, de acordo com Castro (2006), a partir

desse fato torna-se obrigatório a checagem de conceitos tradicionais como o da eficiência, eficácia e de outro mais moderno: a efetividade.

Os resultados desta pesquisa contribuirão para o debate sobre a importância da “fase de avaliação de uma gestão”, o qual é mencionada por Frey (2000, p. 229) como imprescindível para o desenvolvimento e adaptação continuada dos instrumentos de ação pública e suas formas. Eles também poderão ser utilizados para apontar situações que contribuem para o aumento/diminuição da efetividade dos serviços públicos que foram mencionadas por Freitas, (2001, p. 60), e mais tarde confirmadas por Ghelman (2006), ao afirmar que, apesar de a eficiência e efetividade fazerem parte do discurso de melhoria das gestões públicas, a quase totalidade das organizações pesquisadas não possui objetivos e indicadores que tratam dessa temática.

Espera-se também que os resultados desta pesquisa possam contribuir com as gestões públicas municipais no planejamento de ações de forma a melhorar seus conceitos perante o IEGM, tendo em vista que, segundo dados divulgados pelo Instituto Rui Barbosa sobre a efetividade das gestões municipais no Brasil, 2.759 gestões foram consideradas não efetivas em 2015 (68,3%) e 3.267 (73,2%) em 2016.

O estudo traz contribuições também para o Instituto Rui Barbosa, que terá mais subsídios para aperfeiçoar o IEGM, para o meio acadêmico (por ser um tema pouco explorado), para os órgãos de controles internos dos municípios (responsáveis pelas auditorias), para os profissionais de contabilidade (responsáveis por gerar e acompanhar as informações dos municípios) e para os órgãos de controle social e a sociedade em geral, os quais poderão acompanhar o desempenho de seus municípios e sua evolução. Tendo em vista que, é dever de todos fiscalizar a aplicação e o uso correto dos recursos públicos e seus impactos na sociedade.

Capítulo 2

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 DEFINIÇÕES DE EFETIVIDADE E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DE UMA GESTÃO EFETIVA

De acordo com Costa e Castanhar (2003, p. 973), a efetividade é uma das maneiras de se mensurar a avaliação do desempenho das gestões de programas (impacto) e indica se o projeto tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais. Essa definição está alinhada a outras frequentemente utilizadas na literatura, tais como: Unicef (1990), Tribunal de Contas da União (TCU), às presentes nos textos de Ghelman (2006), Castro (2006, p. 5), Torres (2004, p. 175), Souza (2008), e Sano e Montenegro Filho, 2013, p. 39.

Para Baracho (2000, p. 141), a efetividade procura medir em uma população alvo, os impactos da atuação de uma gestão. Na administração pública, não dá pra medir, com base exclusivamente em produtos (outputs), os valores efetivos ou potencialmente criados, já que seu significado está nos resultados e impactos (outcomes) geral, e não em si mesmo.

Torres, (2004) afirma que entre a eficiência, eficácia e a efetividade:

A **efetividade** é o mais complexo dos três conceitos, pois nela há a necessidade de se verificar as carências reais de cada ação do Estado, deixando evidente que alguns setores serão mais contemplados que outros. Deve haver então uma verificação das necessidades e oportunidades de forma democrática, transparente e responsável, assim como, a busca da sintonia e da sensibilização de toda coletividade para a implementação das políticas públicas. Isto não tem ligações com a eficiência, que tem viés econômico muito mais forte, tendo em vista que nada é mais inadequado para uma gestão pública do que fazer eficientemente aquilo que não precisa ser feito (TORRES, 2004, p. 175).

Ghelman (2006, p. 22), traz o entendimento do TCU, sobre o conceito de efetividade:

Efetividade: É uma interligação entre o que foi alcançado e aquilo que motivou a atuação da instituição. Dito de outra forma, é a associação entre os impactos reais vistos na sociedade e aquilo que se esperava após a ação governamental.

2.2 PESQUISAS RELACIONADAS COM A EFETIVIDADE DAS GESTÕES PÚBLICAS

Na comunidade internacional destacamos a pesquisa apresentada por Forsund (2017), que procurou estudar a efetividade das gestões públicas a partir da distinção entre a eficiência e eficácia, levando-se em conta a ênfase em determinado tipo de serviço público e sua priorização por determinado órgão, para maximizar o valor societário do impacto final nos objetivos sociais.

Wallace, (2013), procurou identificar no setor de saúde pública da Austrália, 09 atributos de uma gestão efetiva. Segundo o autor, embora muito tenha sido escrito sobre os atributos das gestões efetivas, pouco se sabe sobre como esses atributos se encaixam no setor público, ou no setor de saúde pública (WALLACE, 2013). Os 09 atributos foram selecionados pelos entrevistados de uma lista de mais de 630 atributos possíveis, e a constatação foi que essas gestões são: encorajadoras, transformadoras, eficientes, seguras, (não) evasivas, corajosas, (não) conveniente, razoáveis e confiáveis.

Andrews e Walle, (2012) examinou a relação entre práticas da Nova Gestão Pública (NPM) e as percepções dos cidadãos sobre a eficiência do serviço, a capacidade de resposta, a equidade e a efetividade dos governos municipais ingleses — constataram que as relações público-privadas têm um relacionamento negativo com a percepção dos cidadãos sobre as quatro dimensões do desempenho do serviço

local e que uma orientação estratégica empresarial mostra uma associação positiva com as quatro.

Kosecik, Kapucu e Sezer (2003) examinaram em que medida as características dos gestores públicos, na nova forma de gestão da Turquia, são percebidas como obstáculos significativos para uma gestão pública eficiente e efetiva. Os resultados mostram que os governadores distritais, em geral, são consideravelmente bons no gerenciamento de componentes internos e externos da organização pela qual eles são responsáveis. No entanto, eles precisam desenvolver habilidades pessoais em certos aspectos.

Analoui (1997) procurou descrever o perfil de um gestor efetivo por meio de entrevista com gestores e servidores públicos, e os resultados variam de acordo com a Tabela 1 abaixo:

TABELA 1 - ATRIBUTOS/HABILIDADES DE UM GESTOR EFETIVO

Prioridade	Atributos/Habilidades	Frequência
1º	Organizado	8
2º	Preocupado com as pessoas e seu desenvolvimento	7
2º	Gestor/formador de equipe	7
3º	Preocupado com tarefas e pessoas	6
3º	Tomador de decisões	6
3º	Preocupado com produtos e tarefas	6
4º	Delega autoridade e controle	5
4º	É flexível	5
5º	Bem informado	4
5º	Capaz	4

Fonte: Analoui (1997).

No Brasil, alguns pesquisadores e instituições também têm demonstrado em suas obras, constantes preocupações com a efetividade das gestões públicas e o desempenho de seus gestores. Assim, destacamos os trabalhos de: Ghelman (2006),

que abordou a efetividade das gestões como algo independente da eficiência e eficácia e apresentou uma Figura a qual ilustra bem a relação entre ambas:

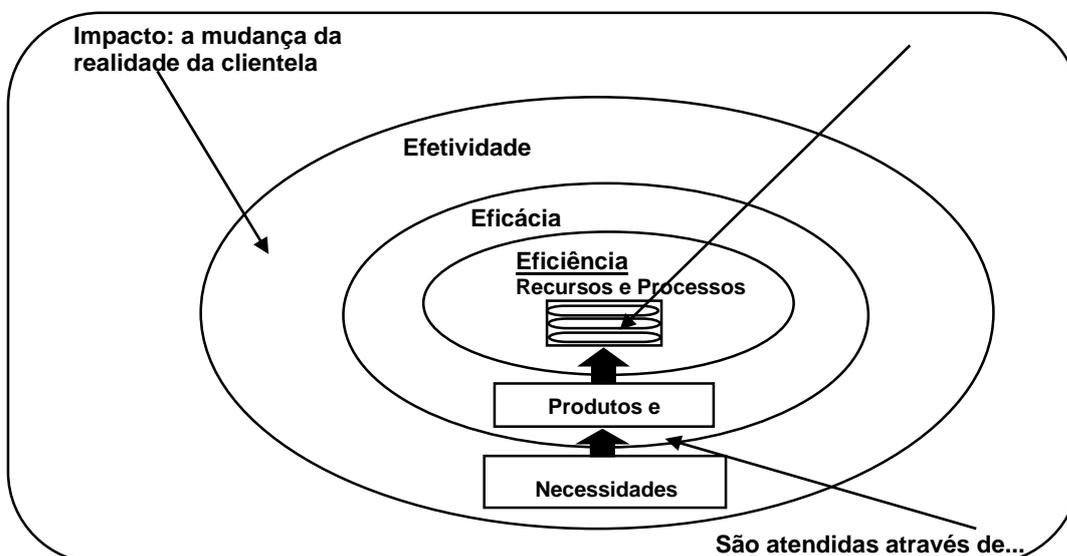


Figura 1 - A efetividade, a eficiência e a eficácia.
Fonte: Malmegrim e Michaud (2003) apud Ghelman (2006).

Já o diagrama de insumo-produto abaixo, apresenta a efetividade, não só como algo além do cumprimento de objetivos imediatos e específicos, mas também como forma de verificar se os resultados observados foram realmente frutos das ações desenvolvidas e não de outros fatores (CGU, 2010).

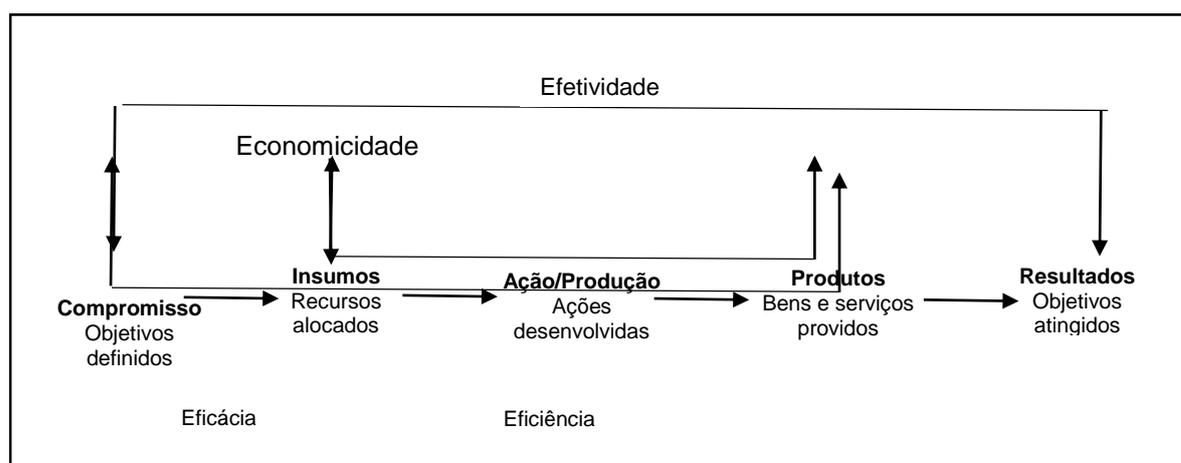


Figura 2 - Diagrama de insumo-produto.
Fonte: Adaptado de CGU, (2010).

O estudo de Osório (2003) mencionou que não se pode analisar a eficiência sem associá-la com a efetividade, pois otimizar recursos públicos sem oferecer bons serviços ou sem resolver os problemas sociais é incompatível com os valores definidos em uma democracia.

Destacamos também a pesquisa de Sano e Montenegro Filho (2013), que menciona a efetividade como algo percebido mediante a avaliação das transformações ocorridas a partir de ações.

A efetividade das gestões públicas também foi estudada por algumas instituições como a SEGES (Secretaria de Gestão) do Governo Federal, Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Tribunal de Contas de São Paulo (TCE/SP).

2.3 A VISÃO DA EFETIVIDADE SOB A PERSPECTIVA LEGAL NO BRASIL

No entendimento de Amaral (2002), o princípio expresso no art. 37 da Constituição Federal de 1988, aborda somente o conceito de eficiência, não se estendendo para o da eficácia, tampouco para o da efetividade.

Para Castro (2006, p. 7-8), a própria Constituição Federal/1988 reconhece a diferença entre eficiência e eficácia, e isso pode ser facilmente constatado na leitura do artigo 74, que trata de um sistema integrado de controle interno nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inciso II: “avaliar resultados e comprovar a legalidade, quanto à eficiência e eficácia da gestão do orçamento, (...)”. Amaral (2002) menciona que não dá para aceitar que a CF/1988 reconheça a diferença entre conceitos em um texto e não o faz em outro. Tal situação seria inaceitável.

Neste sentido, pode-se concluir que a CF/1988, ao tratar do princípio da eficiência, não menciona a eficácia, tampouco a efetividade. Isso faz surgir o seguinte

questionamento: É aceitável ou mesmo desejável um governo eficiente sem ser eficaz e nem mesmo efetivo? (CASTRO, 2006).

Para Castro (2006, p. 8), obviamente a resposta é não. Pois toda a teoria moderna gerencial sobre o Estado e, ainda, todas as suas ações devem ocorrer no sentido de que todos os seus objetivos devam ser alcançados da melhor forma possível, atendendo aos anseios da sociedade. Assim, afirmar que a Constituição Federal, naquele texto, se referia apenas aos meios, é um contrassenso (CASTRO 2006, p. 8).

Outros estudiosos podem concluir que o princípio engloba o conceito de eficácia e que deve-se levar em conta a vontade do legislador brasileiro, como se pode constatar na opinião de autores como Moraes e Di Pietro Apud Castro (2006). Ou seja, para alguns estudiosos, a lei, ao mencionar o princípio da eficiência na Constituição Federal de 1988, estaria incluindo junto os princípios da eficácia e da efetividade, ou, no mínimo, o primeiro. Ambos os princípios estariam juntos em um único.

Além disso, o art. 145, § 1º da CF/1988, aplica a efetividade quando trata da capacidade econômica do contribuinte em relação às características dos impostos:

Art. 145, § 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

O parágrafo único do Art. 16 da lei nº 4.320/64 também trata da temática efetividade dos serviços públicos quando se refere às subvenções sociais:

Parágrafo único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

A Lei Federal nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, que organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento, orçamento, Administração Financeira, Contabilidade e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, menciona no seu art. 7º, III, que compete às unidades responsáveis pelas atividades de planejamento:

III - acompanhar física e financeiramente os planos e programas referidos nos incisos I e II deste artigo, bem como avaliá-los, quanto à eficácia e efetividade, com vistas a subsidiar o processo de alocação de recursos públicos, a política de gastos e a coordenação das ações do governo.

Já a Lei Federal nº 11.653, de 07 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual da União para o período de 2008-2011, menciona a efetividade como um princípio a ser seguido pelas gestões, ao afirmar que: “a gestão do Plano Plurianual observará os princípios da eficiência, eficácia e também o da efetividade”.

2.4 RELAÇÕES DOS INDICADORES DE DESEMPENHO COM A EFETIVIDADE NAS GESTÕES PÚBLICAS

Segundo Santos e Alves (2011), muitos estudiosos de diversos países têm utilizado indicadores para medir a performance das gestões públicas. Entre eles destacam-se os de Mwita (2000), Darmohraj et al. (2001), Behn (2003), Jacobs & Goddard (2007); Walter (2014).

No Brasil, destacamos os trabalhos dos seguintes pesquisadores: Santos e Alves, (2011); Bezerra Filho, (2015); Kohama, (2015); e Lima e Diniz, (2016).

Mensah, Schoderbek e Werner (2007) afirmam que, por causa das dificuldades de mensuração do desempenho do setor público, as instituições não têm altos níveis de ganhos extras como forma de compensação.

Markić (2014) afirma que quando definidos em contexto estratégico e desenvolvidos de acordo com critérios valiosos, os indicadores podem ser uma

ferramenta poderosa para diferentes fins no setor público, por exemplo, avaliar a efetividade da prestação de serviços. Já Pace, Basso e Silva (2003, p. 39) afirmam que “um bom administrador monitora o controle da performance dos sistemas sob sua responsabilidade com o auxílio de medidas de desempenho”.

No campo da auditoria, Grateron (1999, p. 6) destaca a importância das auditorias de gestões no setor público, no sentido de buscar respostas para questões, tais como: O governo possui os meios para medir a sua efetividade? Existem indicadores de medição da gestão pública? Aplicam-se corretamente? Grateron ainda destaca que é importante que o auditor tenha bastante conhecimento e familiaridade sobre os indicadores e índices, e sobre o que eles procuram medir, além de saber como correlacioná-los. Isso é básico. Por exemplo, o auditor deve procurar saber se existem indicadores para medir a produtividade que relacionam critérios de qualidade, eficiência e efetividade (GRATERON, 1999, p. 9).

Para Cohen (1993), o primeiro passo para se construir uma gestão efetiva é a utilização de indicadores de gestão como forma de medir o desempenho das entidades públicas.

2.5 ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO MUNICIPAL (IEGM)¹

O IEGM Brasil é um índice permanente que serve para proporcionar à sociedade em geral visões das gestões públicas, sobre 7 dimensões extraídas da execução orçamentária dos municípios brasileiros: Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades Protegidas e Governança em TI (Tecnologia

¹Esta sessão foi baseada no anuário de 2016 do IEGM Brasil e nos Manual do IEGM do TCE/SP 2016.

da Informação), e 143 quesitos.

Tais dimensões foram destacadas baseadas em sua importância no posicionamento estratégico e no contexto das finanças públicas das gestões.

O IEGM é um importante indicador que mede a efetividade das gestões nos municípios brasileiros, e que atualmente teve a adesão de 26 Tribunais de Contas dos estados e do Distrito Federal. Esses Tribunais de Contas utilizam informações coletadas nos municípios brasileiros, as quais são posteriormente confirmadas. Esses dados são coletados a partir da assinatura de um Termo de Adesão à Rede de Indicadores Nacionais, firmado entre o Instituto Rui Barbosa e os Tribunais de Contas de cada Estado da federação e o Distrito Federal.

O anuário 2016 do IEGM Brasil menciona o fato de tal instrumento ser inédito entre as cortes de contas do país, e que apresenta uma nova metodologia a qual incorpora os seguintes atributos de controle externo:

TABELA 2 – ATRIBUTOS DE CONTROLE EXTERNO

Atributo	Justificativa
Específico	Porque mede determinantes específicos dos municípios e suas gestões, de forma objetiva e clara.
Mensurável	Porque é capaz de quantificar, em determinada época, a performance dos municípios.
Acessível	Porque permite sua aplicação como ingrediente a ser utilizado nas atividades de planejamento da fiscalização.
Relevante	Porque serve como instrumento de controle.
Oportuno	Porque foi elaborado num momento em que há grande necessidade de novas ferramentas para serem utilizadas pela fiscalização.
Extensível	Porque está disponível a todos os Tribunais de Contas que atuam na fiscalização de no mínimo um município brasileiro

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do IEGM, TCE/SP (2016).

A ferramenta também possibilita a comparação de performances entre municípios com características semelhantes, assim, há a possibilidade de se identificarem as práticas eficientes e, conseqüentemente, poder contribuir para um melhor desempenho dos governos municipais.

De 2014 até o presente, o IEGM foi utilizado para avaliar a efetividade dos municípios jurisdicionados dos Tribunais de Contas: TCM São Paulo (Capital) e Rio de Janeiro (capital); e os TCEs de: São Paulo (demais municípios), Rio de Janeiro (demais Municípios), Goiás, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal (Brasília), Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

De acordo com os dados do Anexo C desta pesquisa, em 2015, cerca de 1.278 municípios foram considerados efetivos pelo IEGM, o que representa 31,7% dos municípios participantes desta edição do índice. E 1.199 municípios foram considerados efetivos em 2016, ou seja, 26,8% das gestões.

Ainda de acordo com o Anexo C o estado que obteve a menor proporção de municípios efetivos foi o do Maranhão, em 2016, que correspondeu a 2%, apenas, ou seja, entre 200 municípios desse Estado, apenas 4 (quatro) foram considerados efetivos pelo IEGM. Em seguida veio o Estado do Pará, com 4,1% de um total de 97 municípios participantes da edição do IEGM de 2016, o que correspondeu em números reais a somente 4 (quatro) municípios efetivos.

Os dados reforçam as constatações de Behn (2003), ao afirmar que as críticas à prestação de serviços pelo setor público têm aumentado nas últimas duas décadas. Corroboram também as constatações de Mwita (2000), ao afirmar que: "Tradicionalmente, os serviços públicos são descritos como "não produtivos"". E ainda,

as constatações acima trazem à tona a necessidade, citada por Mensah, Schoderbek e Werner (2007), de programar melhorias na mensuração do desempenho do setor público para que as instituições melhorem seus níveis de ganhos.

Os dados fornecidos pelo Instituto Rui Barbosa também atestam a necessidade de utilização de indicadores de desempenho mencionada por Cohen (1993) e Markić (2014), para avaliar a efetividade e medir o desempenho das entidades públicas.

Os dados da Tabela 3 a seguir foram extraídos do portal www.irbcontas.org.br e www.tce.sp.gov.br e mostram a efetividade dos municípios brasileiros por região do Brasil.

TABELA 3 - QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS EFETIVOS POR REGIÃO DO BRASIL DE ACORDO COM O IEGM (2014-2016)

REGIÃO	ANO	MUNICÍPIOS FISCALIZADOS (a)	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES (b)	MUNICÍPIOS EFETIVOS (c)	% = (c/b) x 100
Centro-Oeste	2015	467	236	63	26,7
	2016	467	393	66	16,8
Nordeste	2015	1.794	1.195	110	9,2
	2016	1.794	1.284	75	5,8
Norte	2015	450	222	42	18,9
	2016	450	327	27	8,3
Sudeste	2014	644	644	604	93,8
	2015	1.668	1.607	636	39,6
	2016	1.668	1.401	520	37,1
Sul	2015	1.191	777	427	55
	2016	1.191	1.061	511	48,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do Instituto Rui Barbosa (2014-2016).

Quando comparamos os resultados apurados no IEGM por regiões do país, esses apontam a Região Nordeste como a que possui a menor proporção de municípios efetivos em 2016 (5,8%) e a menor de todas as edições do índice até o momento. Em seguida, veio a Região Norte, com 9,2% de municípios efetivos no ano de 2015.

De acordo com o Anuário, (2016), o IEGM Brasil possui cinco faixas de resultados que foram definidas a partir da consolidação das notas verificadas nos sete

índices setoriais. Assim, o enquadramento de um determinado município em cada uma destas faixas obedece aos seguintes critérios abaixo relacionados:

NOTA	FAIXA	CRITÉRIO
A	Altamente Efetivo	IEGM a partir de 90% da nota máxima e, pelo menos, 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	Muito Efetivo	IEGM entre 75% e 89,9% da nota máxima
B	Efetivo	IEGM entre 60% e 74,9% da nota máxima
C+	Em Fase de Adequação	IEGM entre 50% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo Nível de Adequação	IEGM menor que 50%

Quadro 1 - Faixa de Resultados do IEGM Brasil.

Fonte: ANUÁRIO (2016).

A Tabela 4 a seguir, apresenta a efetividade dos municípios brasileiros por faixa de resultado.

TABELA 4 - MUNICÍPIOS BRASILEIROS PARTICIPANTES DO IEGM POR FAIXA DE RESULTADO

FAIXA DE RESULTADO	ANO			TOTAL (a+b+c)
	2014 (a)	2015 (b)	2016 (c)	
A	0	0	0	0
B+	198	65	88	351
B	406	1.213	1.111	2.730
C+	30	1.667	1.483	3.180
C	10	1.092	1.784	2.886
TOTAL	644	4.037	4.466	9.147

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do Instituto Rui Barbosa (2014-2016).

Ao compararmos os resultados do IEGM, no período pesquisado, por faixa de resultado, percebemos que a maioria dos municípios pesquisados se encontra nas faixas de conceito C+ (em fase de adequação) e C (baixo nível de adequação). Em outras palavras, 66,3% dos municípios brasileiros que participaram das edições do IEGM no período de 2014 a 2016 foram considerados não efetivos.

Outro fato bastante notável é que nenhum município brasileiro obteve conceito “A” (altamente efetivo), e das 9.147 observações relacionadas ao IEGM, apenas 351 obtiveram conceito B+ (muito efetivo), sendo 198 observações em 2014; 65 observação em 2015 e 88 observações em 2016. Isso corresponde a apenas 3,8% do número total de observações da pesquisa relacionadas ao IEGM e representa 1,7% do número total de observações da pesquisa.

2.5.1 A metodologia do IEGM²

Cada índice que integra a elaboração final do IEGM tem peso que foi baseado na distribuição das ponderações do volume de despesas pagas em 2011, 2012 e 2013, vinculados a uma função de governo. Nos casos em que o índice não foi atrelado diretamente a uma função de governo, ele foi relacionado com a função que apresentou maior grau de semelhança. (TCE/SP, 2016).

Os dados relativos às despesas que foram utilizados para se apurar as divergências foram coletados da execução orçamentária dos municípios brasileiros e encaminhados ao seu respectivo TCE, por meio de balancetes mensais, de acordo com a obrigatoriedade de se prestar contas estabelecidas na legislação de cada Estado (TCE/SP, 2016).

Apresentamos a seguir, no Quadro 2, os valores de ponderação dos índices que compõem o IEGM Brasil e, no Quadro 2, suas faixas de resultados.

ÍNDICE	PESO
i-Educ	20%
i-Saúde	20%
i-Planejamento	20%
i-Fiscal	20%
i-Amb	10%
i-Cidade	5%
i-Gov TI	5%
TOTAL	100%

Quadro 2 - Peso dos índices componentes do IEGM Brasil.
Fonte: TCE/SP (2017).

Outros dois critérios foram definidos, além dos já mencionados acima, em relação à faixa de resultados:

²Esta sessão foi baseada no 1º anuário 2016 do IEGM e no Manual 2016 do IEGM TCE/SP).

- O município que não atingir 25% com gasto em educação será realocado imediatamente para a faixa inferior no índice;
- Caso não haja observância ao contido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988, o município será realocado para a faixa C de resultado, ou seja, baixo nível de adequação.

Vale ressaltar que a base da apuração do IEGM e suas análises foram as respostas apresentadas pelos municípios brasileiros aos sete questionários, sendo um para cada dimensão apurada no índice. Desses, foram considerados apenas os que se apresentaram respondidos integralmente. Vale lembrar também que a ausência ou incompletude das respostas de qualquer um dos sete questionários aplicados torna impossível o cálculo do índice. Assim, tal município foi considerado não participante do IEGM Brasil. Os dados fornecidos pelos municípios devem ser considerados como meramente declarados. Entretanto, cada Tribunal de Contas pode ter aplicado processo de verificação *in loco*, validação ou se utilizado de dados oriundos de seus controles ou de outras fontes oficiais de informação.

2.5.2 Premissas

Para fins deste estudo, parte-se das seguintes premissas:

- a) Que os dados coletados para fins de apuração do IEGM são verdadeiros, mesmo tendo sido declaratórios;
- b) Que o IEGM mede o grau de efetividade das gestões municipais brasileiras.

2.6 HIPÓTESES DA PESQUISA

Com fundamentação nos argumentos e nas pesquisas tratadas anteriormente,

e ainda com base nas variáveis pesquisadas na literatura, levantam-se as seguintes hipóteses com relação ao IEGM:

H_1 – Municípios maiores (em receita total realizada) têm uma relação positiva com a efetividade de suas gestões.

Para Gomes e Mac Dowell (2000), há evidências de relação positiva de tamanho (aumento da população) à medida que as receitas totais dos municípios avançam, incrementadas por suas receitas próprias, ou seja, as suas receitas correntes totais aumentam continuamente com o aumento de sua população e de sua arrecadação própria. Fato este que impacta positivamente na receita total do município.

H_2 – Fatores políticos, tais como: reeleição, partido do prefeito ser o mesmo do governador de seu respectivo estado e do presidente da república e ideologia partidária manteve relação negativa com o IEGM.

Segundo Ferraz (2011), municípios brasileiros governados por prefeitos reeleitos têm mais chances de haver atos de corrupção que aqueles governados por prefeitos em primeiro mandato. Para chegar a essa conclusão, Ferraz baseou-se em dados divulgados pela Controladoria Geral da União, coletados em auditorias.

Oliveira e Carvalho (2009) evidenciou que, o simples fato de pertencer ao mesmo partido de um Governador ou presidente da república, garante alguns privilégios aos prefeitos, como por exemplo, a redução de alguns gastos municipais.

A pesquisa de Gonçalves et. al. (2017) apontou que partidos de esquerda e de centro tendem a investir mais em infraestrutura em períodos pré-eleitorais se comparados com partidos de direita. Pereira, (2006) mostrou em seu estudo que

desde a transição para democracia, a esquerda quase sempre ganhava as eleições. No entanto, seu governo não atendia aos interesses da população mais carentes.

***H₃* - Gestões municipais que tiveram pelo menos uma prestação de contas anual reprovada pela TCU, no período da pesquisa, refletiu negativamente no IEGM.**

Esta hipótese tem relação com a variável “Julgamento de Contas pelo TCU” e é uma adaptação da pesquisa de Velten, (2015), que utilizou a variável “apreciação de contas pelo TCE” para estudar os fatores determinantes da rejeição de contas dos municípios capixaba e constatou que a apreciação de contas dos prefeitos municipais é o resultado de diversas análises.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1 A COLETA DE DADOS

As fontes de coleta de dados foram os sítios (www.iegm.irbcontas.org.br) do Instituto Rui Barbosa; Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.jus.br); Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (siconfi.tesouro.gov.br); Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaltransparencia.gov.br); no Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (ww.fnde.gov.br/siope); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (www.ibge.gov.br) e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (www.tce.sp.gov.br), no período de 2012 a 2016.

Em princípio, o universo desta pesquisa deveria ser todos os 5.570 municípios brasileiros, no entanto foram encontradas limitações que reduziram esse universo, tais como: Nem todos os Tribunais de Contas dos estados aderiram à metodologia do IEGM nos anos de 2015 e 2016; os estados do Mato Grosso (MT), Pará (PA) e Paraná (PR) não participaram da edição 2015 do IEGM e o estado de Pernambuco não participou de nenhuma das edições do índice até o momento. O distrito federal não participou desta pesquisa por não apresentar características municipalistas, impossibilitando a análise de algumas variáveis propostas no estudo. Além disso, nem todos os municípios brasileiros conseguiram entregar as informações do IEGM referentes aos anos de 2015 e 2016 no tempo máximo previsto ou as entregaram de forma incompleta aos TCEs, o que ocasionou a exclusão desses municípios do cálculo do índice e conseqüentemente, desta pesquisa.

Portanto, foram avaliados pelo IEGM apenas os municípios de 22 estados em 2015 e de 25 estados em 2016, compondo assim, nossa base de dados alcançada pelo IEGM.

Vale ressaltar que repassar as informações solicitadas pelos Tribunais de Contas dos estados, para cálculo do IEGM é obrigatório por norma própria, e os municípios estão sujeitos ao bloqueio de contas, caso não atendam os TCEs.

Houve a necessidade de coleta de dados de algumas variáveis no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) no exercício de 2012 (ano não incluso no período desta pesquisa). Esses dados, foram necessários para algumas variáveis do ano de 2015: curso superior completo, quantidade de candidatos e prefeito é reeleito. O motivo dessa coleta foi devido a essas informações referentes às gestões de 2015 terem sido divulgadas, pelo TSE, em 2012 (primeiro ano de mandato do gestor de 2015). Já as informações coletadas para 2016 foram divulgados pelo TSE nesse mesmo ano.

Desta forma, as amostras finais para os anos de 2015 e 2016 foram de 4.036 e 4.465 gestões respectivamente, compondo assim, uma base de 8.501 observações.

3.2 AS VARIÁVEIS DA PESQUISA E SUA DESCRIÇÃO

Com o propósito de explicar quais fatores são determinantes para a efetividade das gestões municipais no Brasil, buscaram-se algumas variáveis na literatura nacional e internacional. Essas variáveis foram selecionadas de artigos que abordam aspectos relacionados com as gestões municipais ou estaduais, tais como: atraso na entrega de prestações de contas aos TCEs por municípios, divulgação de relatórios financeiro anual, rejeição de contas municipais pelos TCEs, transferências federais de recursos etc. As variáveis foram selecionadas, ou adaptadas, dos trabalhos de: Dwyer

e Wilson (1989); Ryan, Stanley e Nelson (2002); Laswad, Fisher e Oyelere (2005); Rátis (2012); Santos e Santos (2014) e Velten (2015). O Quadro 3 abaixo, apresenta um breve resumo de todas as variáveis da pesquisa.

Variável	Tipo de Variável	Resposta
IEGM	Dependente	0 – Município não Efetivo. 1 – Município Efetivo.
População (Pop.m,p)	Independente	Discreta.
Receita Total Arrecadada (Rec. Tot.m,p)	Independente	Contínua.
Grau de Instrução do Gestor (Gra. Ins.m,p)	Independente	0 – O Prefeito não tem Ensino Superior. 1 – O prefeito tem Ensino Superior.
Quantidade de Candidatos (Q. Cand.m,p)	Independente	Discreta.
Prefeito é Reeleito (Pre. Ree.m,p)	Independente	0 – O Prefeito não foi reeleito. 1 – O Prefeito foi reeleito.
Partido do Prefeito é o mesmo do Governador de seu Estado (P. Pr. Gov.m,p)	Independente	0 – Não. 1 – Sim.
Partido do Prefeito é o mesmo do Presidente da República (P. Pr. Pre.m,p)	Independente	0 – Não. 1 – Sim.
Reprovação de Contas pelo TCU (Rep. Con.m,p)	Independente	0 – Não houve contas anuais reprovadas. 1 – Houve pelo mens uma prestação de contas anual reprovada.
Ideologia Partidária (Ide. Par.m,p)	Independente	0 – O Partido do Prefeito não é de Esquerda. 1 – O Partido do Prefeito é de Esquerda.
Dependência dos Municípios do FPM (D. FPM.m,p)	Independente	Contínua.
Dependência dos Municípios das Transferências Voluntárias (D. TV.m,p)	Independente	Contínua.

Quadro 3 – Variáveis da Pesquisa.

Fonte: Adaptado de Rátis, (2012).

O anexo F apresenta a descrição completa de cada uma das variáveis acima.

A dinâmica dos odds ratios (razão de chances) foi adotada em virtude de haver associação entre duas variáveis binárias. (FRANCISCO et al., 2008). Aguiar et. Al. (2012) utilizou-se das razões de chances para investigar se havia associação entre sistema de incentivos gerenciais e a prática da contabilidade gerencial em 150 empresas de diversos segmentos econômicos no estado do Espírito Santo. Peleias

et. al (2017) utilizou odds ratios para calcular as chances de exposição de alunos de ciências contábeis de instituições de ensino superior privadas à síndrome de Burnout em São Paulo.

A razão de chance pode ser obtida através do seguinte cálculo (FAVERO, 2015, p. 104):

$$\text{Chance (odds)}_{Yi=1} = \frac{Pi}{1-Pi}$$

Onde Pi = é a probabilidade de um determinado evento acontecer.

O resultado da divisão acima será sempre um número maior que 0 e sua interpretação é feita da seguinte forma (RAMIREZ, 2012):

OR = 1 – indica não haver associação entre ambas as variáveis;

OR > 1 – indica haver uma associação, sendo mais forte à medida que o valor de uma variável aumenta;

OR < 1 – indica haver uma associação protetora, sendo mais baixa à medida que o valor de uma variável aumenta;

Quanto à classificação dos partidos, foi feita com base no estudo da BBC Brasil (2017), que usou como metodologia o cálculo percentual de votos contrários ou favoráveis a projetos de lei considerados de grande importância, como, por exemplo: a Reforma Trabalhista, a Redução da Maioridade Penal e as mudanças na regra de exploração do pré-sal, nas bancadas de cada partido.

O motivo de usarmos a classificação da BBC Brasil (2017) é que todas as votações de projetos analisadas nessa classificação ocorreram nos períodos de 2015 a 2017, época que coincide com parte do período desta pesquisa. Assim, a classificação dos partidos: PDT, PTdoB, PCdoB, PROS, PSB, PT, REDE, PSOL, PSL,

PRP, PR, PRB, PMDB, PTB, PP, DEM, SD, PSD, PHS, PODE, PSC, PSDB, PEN, PPS e PV foi feita de acordo com esse estudo. Para os demais partidos, a classificação foi realizada segundo os estudos de Carreirão (2006); Ratis (2012) e Velten (2015).

A Tabela 5 abaixo apresenta a classificação ideológica de alguns partidos que surgiram recentemente no Brasil e sua justificativa.

TABELA 5 – CLASSIFICAÇÃO IDEOLÓGICA DE PARTIDOS RECÉM-ABERTOS NO BRASIL		
PARTIDO	CLASSIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
AVANTE	Esquerda	Por ter se originado do PT do B, que também recebeu essa classificação de Carreirão (2006) e Ratis (2012).
PCB	Esquerda	Classificação do próprio partido (página do Partido na internet),
PSOL	Esquerda	Por apresentar essa classificação, segundo Genro (2006, p. 114), Apud Moraes (2014), de Moraes (2014) e BBC Brasil (2017). E ainda por ter sido formado de dissidências do PT e também do PSTU, ambos partidos já classificados na literatura como sendo de esquerda.
PPL	Indefinida	Classificação do próprio partido (Folha de São Paulo, em 08/10/2011).
PMB	Centro-Esquerda	Classificação do próprio partido (página do Partido na internet).
NOVO	Centro-Direita	Classificação do próprio partido (Revista Época, em 09/06/2011).
PTC	Centro-Direita	Classificação do próprio partido (página do Partido na internet).
PSDC	Indefinida	Carreirão (2006).

Fonte: elaborada pelo Autor a partir de informações citadas na coluna “justificativa”

O Quadro 4 abaixo, apresenta um resumo das ideologias dos partidos políticos brasileiros, atualizada para o período da pesquisa de 2015 a 2016.

IDEOLOGIA	PARTIDO POLITICO
ESQUERDA	PT, PDT, AVANTE (PTdoB), PCdoB, PROS, PSB, PSTU, PCO, PMN, PCB, PSOL, e REDE.
DIREITA	PP, DEM, SD, PR, PRB, PMDB, PSDB, PTB, PSC, PHS, PODE (PTN), PRP, PSL, PEN, PPS, PV e PSD.
CENTRO	PMB, PTC e NOVO.
INDEFINIDO	PRTB, PPL, PSDC.

Quadro 4 - Ideologias dos partidos Brasileiros atualizada em 2017.

Fonte: BBC Brasil (2017), Adaptado de Carreirão (2006), Ratis (2012) e Velten (2015).

A técnica aplicada para a análise dos dados será a regressão logística binária. Os dados foram organizados em forma de painel balanceado (GUJARATI et al., 2011, p.587). O teste de Hausman mostrou que a melhor forma de estimação do modelo era efeito fixo.

Diante do exposto acima, foi trabalhada a seguinte equação:

$$IEGM_{m,p} = \beta_0 + \beta_1(\log. Pop_{m,p}) + \beta_2(\log. RT_{m,p}) + \beta_3(For. Pro_{m,p}) + \beta_4(Q. Cand_{m,p}) + \beta_5(Pre. Ree_{m,p}) + \beta_6(P. Pr. Gov_{m,p}) + \beta_7(P. Pr. Pre_{m,p}) + \beta_8(Jul. Con_{m,p}) + \beta_9(Ide. Par_{m,p}) + \beta_{10}(D. FPM_{m,p}) + \beta_{11}(D. TV_{m,p}) + \varepsilon_{m,p}(1)$$

Capítulo 4

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 A ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS CONTÍNUAS DO MODELO

A Tabela 6 abaixo, apresenta a estatística descritiva das variáveis contínuas e discretas do estudo: o log da população, o log da receita total, o índice de dependência do FPM e o índice de dependência das transferências voluntárias. Na referida Tabela será apresentado apenas os resultados do período 2015-2016 por questões de objetividade. Os resultados para outros períodos estão no apêndice A desta dissertação.

TABELA 6 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA 2015-2016

	Log Pop	Log RT	ID-FPM	ID-TV
Amostra	7.558	4.907	4.907	4.907
Média	4,07	8,09	0,908	0,054
Mediana	4,02	7,98	0,111	0,002
Desvio Padrão	0,52	0,98	5,482	0451
Mínimo	1,04	5,40	0,000	0,000
Máximo	7,08	10,81	244,848	24,440

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao observar os dados da Tabela 6 percebe-se que a menor média se encontra na variável que mediu as transferências voluntárias para os municípios ($M = 0,054$), isso ocorre porque o intuito dessas transferências é diminuir as desigualdades entre os entes federados, mas abastados sobre os menos abastados. No entanto, fatores políticos e econômicos acabam influenciando com maior ênfase algumas gestões (REIS; NETO, 2011).

Por outro lado, quando se analisa as receitas totais dos municípios percebe-se que nessa variável se encontra a maior média ($M = 8,09$). Isso ocorre porque, mesmo com boa parte dos municípios brasileiros sendo dependentes do Fundo de Participação dos Municípios, por não terem forte atividade econômica, uma parcela considerável das receitas municipais é distribuída por meio de transferências, que são recursos arrecadados, especialmente, nos municípios com forte atividade econômica como forma de atender algumas demandas da população, como redução das disparidades na renda e desenvolvimento (MENDES, 2004).

4.2 RESULTADOS DA REGRESSÃO

Nesta seção objetivou-se identificar dentre as variáveis selecionadas na literatura nacional e internacional, quais dentre elas tem relação com a efetividade das gestões municipais brasileiras.

Na Tabela 7 abaixo, são demonstrados o modelo de regressão logística com dados em painel, desenvolvido para avaliar as hipóteses H_1 , H_2 e H_3 .

TABELA 7 - REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA AS DETERMINANTES DA EFETIVIDADE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – 2015-2016

Variáveis	Razão de Chance	Valor P
Constante	0,191	0,000
Log. Pop.	1,000	0,000***
Log. RT.	1,093	0,013**
Q. Cand.	1,008	0,821
Ide. Par.	0,797	0,003***
Rep. Con.	0,397	0,000***
Cur. Sup. Com.	0,943	0,370
Pre. Ree.	0,867	0,0534*
P. Pre. Gov.	0,977	0,721
P. Pre. Pre.	1,010	0,882
Id. FPM	0,993	0,443
Id. TV	1,199	0,0625*

Fonte: Dados da Pesquisa

Ao observar os dados da Tabela 7 percebe-se que as variáveis que influenciam os resultados do IEGM Brasil nos níveis de significância de 1%, 5% e 10% são: a População (LOG POP), a Receita Total Realizada (LOG RT), a Ideologia Partidária (IDE PAR), a Reprovação de Contas (REP. CON), Prefeitos Reeleitos (PRE REE) e as Transferências Voluntárias de Recursos (ID-TV).

Os resultados apontam que, dentre as variáveis consideradas significantes, apenas (LOG RT) e (ID-TV) apresentam evidências de haver relação positiva com a efetividade das gestões municipais. Em outras palavras, um aumento em qualquer uma dessas variáveis significa aumento nas chances das gestões serem consideradas efetivas pelo IEGM. Sendo que para Log. RT as chances são de 1,093 vezes ou 9,3% e para ID-TV, as chances são de 1,199 vezes ou 19,9%.

Assim, os resultados de Log RT coincidem com os achados de Ryan, Stanley e Nelson (2002), que encontrou significância ao pesquisar se essa variável influencia na qualidade dos relatórios anuais dos municípios da Austrália. Também coincide com os achados de Ratis (2012), que encontrou significância a 5% na variável acima ao pesquisar fatores que influenciam o atraso na divulgação de contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. Todos esses achados mostram que o aumento da receita total é um dos grandes desafios das gestões para aumentar a efetividade dos municípios. Para isso é preciso haver maior participação das receitas próprias no montante arrecadado pelos municípios e isso aumenta continuamente com o aumento da população (GOMES; DOWELL, 2000)

Já os resultados encontrados para a variável "ÍD-TV" mostrou que os resultados, apesar de ser significantes, divergem um pouco daqueles encontrados por Ratis, (2012), que encontrou relação negativa nessa variável ao pesquisar fatores que influenciam o atraso na divulgação de contas públicas anuais dos municípios do

Estado do Espírito Santo. Essa divergência se justifica pelo fato de que nos municípios, essas transferências representam grande parcela dos recursos repassados pela União e Estados (SANTOS; SANTOS 2014). E são instrumentos que reforçam o orçamento daqueles municípios que estão no limite do comprometimento com a Lei de Responsabilidade fiscal, sobretudo, nos investimentos em infraestrutura e grandes obras de engenharia que muitos municípios jamais poderiam realizar sozinhos, investimentos e manutenção infra estruturais, como por exemplo, abastecimento d'água, coleta de lixo, atendimento de saúde de baixa complexidade, iluminação pública etc. (CATAIA, 2011).

Ao observar as razões de chances para as variáveis, Ideologia Partidária (Ide. Par.), Reprovação de Contas pelo TCU (Rep. Con.) e Prefeito Reeleito (Pre. Ree.), que também foram consideradas significantes pela pesquisa, percebe-se que há evidências de que essas variáveis mantêm relação negativa com a efetividade das gestões municipais. Em outras palavras, se o prefeito pertence a um partido de esquerda, a chance de o seu município ser efetivo reduz-se em 0,797 vezes ou 20,3%. Gestões que tiveram pelo menos uma prestação de contas anual reprovadas pelo Tribunal de contas da União reduziram em 0,397 vezes ou 60,3% as chances de serem considerados efetivos pelo IEGM e municípios que reelegeram seus prefeitos, reduziram em 0,867 vezes ou 13,3% as chances de serem considerados efetivos pelo IEGM.

Os resultados de “Ideologia Partidária”, coincidem com os de Velten (2015), que também encontrou relação negativa ao pesquisar sobre os fatores determinantes das reprovações das contas anuais dos prefeitos municipais pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), constatando que, partidos de ideologias de esquerda tem maior possibilidade de ter suas contas reprovadas pelo TCE-ES. Esses

resultados podem ser explicados devido aos diversos escândalos envolvendo a classe política no Brasil e que foram divulgados pela mídia brasileira e estrangeira após a operação Lava Jato (CIOCCARI, 2015).

Quanto à variável “Julgamento de Contas pelo TCU”, os resultados também corroboram com aqueles encontrados por Velten (2015), e por Crisóstomo et al. (2015) que pesquisaram o grau de aprovação/reprovação de contas públicas dos municípios da região metropolitana de Fortaleza no estado do Ceará, constatando que 28,57% dos pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas Municipal do Ceará, foram pela reprovação de contas dos gestores municipais. Esses resultados, em parte, é fruto do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, Constituição Federal de 1988, Constituições Estaduais e lei federal nº 4.320/64 (CRISÓSTOMO et al. 2015).

Em relação à variável “Prefeito Reeleito”, os resultados coincidem com os de Ferraz (2007), ao constatar que municípios com gestores reeleitos influencia negativamente no aumento das chances de práticas de corrupção. Isso ocorre em municípios onde o custo de corrupção é maior e o acesso a informação e apoio político são menores. Ferraz ainda destaca que em municípios onde há a presença de um juiz permanentemente ou de mídia local, reduz o diferencial de corrupção entre os prefeitos de primeiro e segundo mandato. Entre os municípios com um juiz, não há praticamente nenhuma diferença nos níveis de corrupção entre os prefeitos de primeiro e segundo mandato, e nos municípios com mídia local - na forma de rádio ou jornal - a diferença é de penas 2,5 pontos percentuais. Em contraste, entre os municípios onde não existe mídia local, os prefeitos de segundo mandato são quase 10 pontos percentuais (erro padrão = 0,04) mais corruptos que os prefeitos de primeiro mandato, o que representa uma média de R \$ 523 mil (US \$ 237.592).

Por fim, um aumento na população não gerou chances reais do município ser considerado efetivo pelo IEGM (razão de chance = 1).

Assim, tendo em vista os resultados já apresentados e levando-se em conta que as variáveis: quantidade de candidatos (Q. CAND); Grau de Instrução do Gestor (GRA. INS.); Partido do prefeito é o mesmo do presidente da república (P. PR. PRE); Partido do prefeito é o mesmo do governador de seu estado (P. PR. GOV) e dependência dos municípios do FPM (ID-FPM) não foram consideradas significantes pela pesquisa, justifica-se que:

Os resultados obtidos para (**Q Cand**) podem ser explicados devido ao fato de que as informações dessa variável para o ano de 2015 foram coletadas no ano de 2012, ano em que o gestor de 2015 iniciou seu mandato. Esse intervalo pode ter interferido nos resultados dessa variável. Vale lembrar, que Ratis (2012) encontrou resultados não significantes para Q. Cand. ao pesquisar o número de dias para divulgação de contas públicas dos municípios do Estado do Espírito Santo, pelos tribunais. E Velten (2015) também encontrou resultados não significantes pra essa variável.

Já os resultados da variável (**Gra. Ins.**) podem ser explicados devido ao fato de que muitos gestores, mesmo sem formação superior, mantem excelentes equipes de assessoria no seu quadro de pessoal. Ratis (2012) verificou que essa variável não tem influência com o número de dias para divulgação de contas municipais do Estado do Espírito Santo, pelos tribunais, mas, sim, com o atraso da divulgação dessas contas.

Enquanto a provável causa dos resultados obtidos para (**P. Pr. Gov**) pode ser devido ao fato de que pertencer ao mesmo partido do governador pode até garantir alguns privilégios ao prefeito e, representar redução de despesas (OLIVEIRA;

CARVALHO 2009), no entanto não é o suficiente para garantir a efetividade de uma gestão. Vale ressaltar que essa variável também foi considerada insignificante nas pesquisas de Ratis (2012) e Velten (2015).

As possíveis causas da variável (**P. Pr. Pre**) não ser significativa pode ser devido aos mesmos motivos já citados para (P. Pr. Gov).

Mesmo apresentando crescimento do FPM ano após ano, no período de 2007 a 2014, os resultados não significantes da variável (**ID. FPM**) pode ter ocorrido devido à crise econômica mundial em 2009 e os vários decretos de desoneração do IPI aqui no Brasil, que acabou impactando diretamente nas contas municipais (CNM – ESTUDO TÉCNICO, VOLUME 7, 2015).

Então, respondendo ao problema de pesquisa inicialmente proposto, podemos afirmar, com 90%, de confiança, que ID-TV e PRE REE são fatores determinantes que diferenciam as gestões municipais efetivas daquelas não efetivas. Podemos afirmar com 95% de confiança que as variáveis REC TOT e IDE PAR são também fatores determinantes dessa efetividade. E ainda pode-se afirmar com 99% de confiabilidade que a POPULAÇÃO e o REP. COM. mantêm relação muito forte com a efetividade de uma gestão municipal.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

O presente estudo analisou quais fatores explicam os resultados do IEGM no Brasil a partir da publicação de dados do Índice de Efetividade das Gestões Municipais (IEGM), no período de 2012 a 2016. Foi constatado que o tamanho do município medido pela população e a receita total arrecada são fatores determinantes que diferenciam os municípios efetivos daqueles não efetivos, assim como a ideologia partidária, o julgamento de contas pelo TCU, o prefeito ser reeleito e o índice de transferências voluntárias.

Em relação ao objetivo, os resultados apontam que a maioria das variáveis selecionadas manteve relação com os resultados do IEGM, apontando que fatores políticos podem ser bastantes prejudiciais à efetividade das gestões municipais, assim como a reprovação de contas. O aumento de receitas pode influenciar positivamente essa efetividade e as gestões menos efetivas são aquelas que não gozam dessas características.

Apesar de a amostra da pesquisa ser heterogênea nos aspectos econômicos, educacionais, territoriais, culturais e financeiros, seus resultados estão de acordo com o atual cenário econômico/social brasileiro. Assim como os dados apresentados pelo Instituto Rui Barbosa: (2.759 gestões foram consideradas não efetivas em 2015 e 3.267 em 2016).

A busca pela efetividade nos municípios deve partir inicialmente do controle do gasto público, exercido pela sociedade, órgãos de controle externos e internos e pela melhoria na transparência de informações governamentais. É imprescindível também

que haja intensificação na fiscalização dos TCEs por meio de auditorias de acompanhamento das gestões municipais, pois o modelo de auditoria predominante no Brasil, hoje, infelizmente não detecta a corrupção no seu nascedouro, mas, sim, após o fato consumado (auditoria de avaliação de gestão). Esse modelo pode estar atrapalhando a efetividade de muitos municípios e contribuindo para a corrupção.

Assim, essas auditorias precisam ser amplamente divulgadas ao público, para que todos possam contribuir com a melhoria na qualidade e efetividade das políticas públicas.

Quanto às limitações da pesquisa, a maior ocorreu na coleta de informações sobre as receitas dos municípios e na reorganização de dados que se encontravam desordenados em suas fontes. Outra limitação ocorreu na regressão dos dados, já que alguns ficaram incompletos por falta de informações nas fontes. Houve limitações, também, devido ao tamanho da amostra (4.465 municípios), o prazo disponível para coleta de dados e também devido à minha inexperiência em pesquisas acadêmicas.

Os resultados encontrados permitem sugerir que:

a) os gestores municipais procurem ampliar suas receitas através da modernização de seu sistema tributário municipal e da celebração de convênios com os governos estaduais e federais.

b) busque-se investir na qualificação de profissionais na área de contabilidade aplicada ao setor público, com o intuito de melhorar a apresentação das contas públicas municipais;

c) Os Tribunais de Contas dos estados e municípios, participantes do IEGM, criem mecanismos para confrontar esses dados entregues pelos municípios, com os resultados efetivamente disponíveis para a população, tendo em vista não haver fatos

suficientes que comprovem que as informações declaradas foram confirmadas, posteriormente, mediante auditorias *in loco*.

Espera-se que esta dissertação possa contribuir com o debate entre profissionais da administração pública, gestores municipais, órgãos fiscalizadores, educadores e a sociedade em geral, sobre a necessidade contínua de se criar mecanismos que possam medir a efetividade das gestões municipais. Espera-se também que essa pesquisa possa contribuir com outras, que virão no futuro, sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Andson Braga de. TEIXEIRA, Aridemo J. C. NOSSA Valcemiro. GONZAGA, Rosimeire Pimentel. Associação entre sistema de incentivos gerenciais e práticas de contabilidade gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 1, p. 40-54, 2012. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/38235>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. O Princípio da eficiência no direito administrativo. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, CAJ – Centro de Atualização Jurídica, n. 14, p. 1-6, 2002.

ANALOU, Farhad. How effective are senior managers in the Romanian public sector? **Journal of Management Development**, v. 16, n. 7, p. 502-516, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/02621719710169602>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

ANDREWS, Rhys. WALLE, Steven van de. New public management and citizens perceptions of local service efficiency, responsiveness, equity and effectiveness. **COCOPS Working Paper**, n. 7, 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON). **Ficha Limpa**: rejeição de contas é causa mais efetiva de impugnações de candidatos. 11 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.atricon.org.br/sem-categoria/ficha-limpa-rejeicao-de-contas-e-causa-mais-efetiva-de-impugnacoes-de-candidaturas/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

BARACHO, Maria Amarante Pastor. A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governance e accountability. **Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais**, v. 34, n. 1, p. 129-161, 2000.

BEHN, Robert D. Why measure performance? Different purpose require different measures. **Public Administration Review**, Washington, v. 63, n. 5, p. 586, 2003.

BEVIR, M. **Key concepts of governance**. London: Sage, 2009.

BEZERRA FILHO, João Eudes et al. Gestão econômica aplicada em entidade governamental. In: X Congresso Brasileiro de Custos – Guarapari, ES, Brasil. **Anais...** Guarapari, 2003.

BOUERI, R.; MONASTERIO, L.; MATION, L. F.; SILVA, M. M. **Multiplicai-vos e crescei?** FPM, emancipação e crescimento econômico municipal. In: Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; - Brasília: IPEA, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade da gestão fiscal e dá outras providências, 2000.

_____. **Constituição da república Federativa do Brasil: 1988**: texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1, de 1992, a 38, de 2002, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994. 19.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, p. 427, 2002.

_____. **Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 67, terça-feira, 8 de abril de 2008. Seção 1, p. 5.

_____. **Lei, nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Institui normas gerais de direito financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de março de 1964.

_____. **Lei, nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001**. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. Ministério do Planejamento. **Manual SEGES de melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial para medição do desempenho da gestão, e controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do programa nacional de gestão pública e desburocratização**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia_indicadores_jun2010.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.

CARVALHO, João Baptista da C. GOMES, Patricia S. and FERNANDES, Maria J. The main determinants of the use of the cost accounting system in Portuguese local government. **Financial Accountability & Management**, v. 28, n. 3, p. 306-334, 2012.

CASTRO, Rodrigo B. de. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. In: 30º Encontro da ANPAD. **Anais...** Salvador: BA. ENANPAD, 2006.

CIOCCARI, Deysi. Operação Lava Jato: Escândalo, Agendamento e Enquadramento. **Revista Alterjor**, v. 12, n. 2, p. 58-78, 2015.

COHEN, Steven A. Defining and measuring effectiveness in public management. **Source: Public Productivity & Management Review**, v. 17, n. 1, p. 45-57, 1993.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). **Estudo Técnico**, v. 7, 2015. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Estudos%20Tecnicos%20-%20Volume%207%20\(2015\).pdf/](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Estudos%20Tecnicos%20-%20Volume%207%20(2015).pdf/)>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CONTAS PARTIDÁRIAS, Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/contas-partidarias>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003.

CAVALLUZZO, Ken S.; ITTNER, Christopher D. Implementing performance measurement innovations: evidence from government. **Accounting, Organization and Society**, v. 29, n. 3-4, p. 243–267, 2004.

CATAIA, Marcio. Federalismo Brasileiro. As relações intergovernamentais analisadas a partir das transferências voluntárias (união/municípios) **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, Número Especial EGAL, p. 1-16, 2011.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima; CAVALCANTE, Nirleide Saraiva Coelho e; FREITAS, Alysso Régis Menezes Chaves. A LRF no trabalho de controle de contas públicas - um estudo de pareceres prévios conclusivos de contas de governos municipais **Revista Ambiente Contábil – UFRN**, v. 7, n. 1, p. 233-253, 2015.

DARMOHRAJ, Adrian et al. **Nuevas tecnologías de información en el sector público**. Argentina: Instituto Nacional de Administración Pública (Inap), mar. 2001.

DIAMOND, Jack and KHEMANI, Pokar. Introducing Financial Management Information Systems in Developing Countries OECD. **Journal on Budgeting**, v. 5, n. 3, p. 97-132, 2006.

DWYER, P.D.; WILSON, E. R. An Empirical investigation of factors affecting the timeliness of reporting by municipalities. **Journal Accounting and Public Policy**, v. 8, n. 1, p. 29-55, 1989.

FAVERO, Luiz P. **Análise de dados: modelos de regressão com Excel, Stata e SPSS**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2015.

_____. (Org). **Métodos quantitativos com Stata**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier, 2014.

FERRAZ, Cláudio. FINAN, Frederico. Electoral accountability and corruption in local governments: evidence from audit reports. **American Economic Review**, v. 101, n. 4, p. 1274–1311, June. 2007.

FORSUND, Finn R. **Measuring effectiveness of production in the public sector**. Department of Economics, University of Oslo, Norway Norwegian Defence Research Establishment (FFI), Norway. 2017.

FRANCISCO, Priscila Maria S. Bergamo. DONALISIO, Maria Rita. BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. CESAR, Chester Luis Galvão. CARANDINA, Luana. GOLDBAUM, Moisés. Medidas de associação em estudo transversal com delimitação complexo: razão de chances e razão de prevalência. Faculdade de

Ciências Médicas - UNICAMP. Departamento de Medicina Preventiva e Social. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. 3, p. 347-355, 2008.

FREITAS, Carlos A. S. de. Auditoria de gestão e estratégia no setor público. **Revista do Serviço Público**, v. 52, n. 4, p. 57-70, 2001.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

FUCAPE. **Normas para formatação de trabalhos acadêmicos**. Vitória: 2008. Disponível em: <<http://www.fucape.br>>. Acesso em: 10 out. 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE**. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/siope-relatorios-municipais>. Acessos em: 20 dez. 2017.

GHELMAN, S. **Adaptando o Balanced Scorecard aos preceitos da nova gestão pública**. Niterói. 2006. 86f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão pela Qualidade Total) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GOMES, G. M.; MACDOWELL, C. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mal para o econômico nem sempre é bom para o social. **Texto para discussão**, Brasília, nº 706, 2000.

GONÇALVES, Luciano G.; FUNCHAL, Bruno; BEZERRA FILHO, João Eudes B. The Influence of political cycles on public investments in infrastructure: a study of Brazilian states from 2003 to 2014. **Brazilian Journal of Public Administration**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 462-481, 2017.

GRATERON, Ivan R. G. Auditoria de gestão: utilização de indicadores de gestão no setor público. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIEPECAFI, n. 21, maio/agosto, 1999.

GUJARATI, Damodar N. PORTER, Dawn C. tradução: DURANTE, Denise. ROSEMBERG, Mônica. ROSA, Maria Lúcia G. L. **Econometria básica**. 5. ed. São Paulo: AMGH Editora LTDA, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). **População**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 08 dez. 2017.

INSTITUTO RUI BARBOSA - IRB. **1º Anuário do IEGM Brasil 2016 (Índice de Efetividade da Gestão Municipal)**: aplicado aos Municípios Brasileiros. Minas Gerais, p. 7-13, 2016.

_____. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)**. Minas Gerais, 2017. Disponível em: <<http://iegm.irbcontas.org.br/index.php/site/dadosAbertos>>. Acesso em: 06 out. 2017.

JACOBS, Rowena; GODDARD, Maria. How do performance indicators add up? an examination of composite indicators in public services. **Public Money & Management**, v. 27, n. 2, p. 103-110, 2007.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista da Administração Pública**, v. 40, n. 3, p. 479-499, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Balancos públicos: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

KOSECİK, Muhammet. KAPUCU, Naim. SEZER, Yasin. Becoming an effective public manager in the global world: district governors in Turkey. **Ana Sayfa**, v. 18, n. 1, p. 105-129, 2003. Disponível em: <https://iibfdergi.deu.edu.tr/index.php/cilt1-sayi1/article/view/141/pdf_132>. Acesso em: 11 nov. 2017.

LASWAD, F.; FISHER, R.; OYELERE, P. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 101–121, 2005.

LIMA, Severino Cesário de; DINIZ, Josediton Alves. **Contabilidade Pública: análise financeira governamental**. São Paulo: Atlas, 2016.

MARKIC, Danijela. A Review on the Use of Performance Indicators in the Public Sector. University of Zagreb, Faculty of Organization and Informatics, Pavlinska 2, Varaždin, **Croatia TEM Journal**, v. 3, n. 1, p. 22-28, 2014.

MENDES, M. Federalismo fiscal. In: ARVATE, P.; BIDERMAN, C. (Org.) **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, p. 421-461, 2004.

MENSAH, Yaw M.; SCHODERBEK, Michael P.; WERNER, Robert. **A Methodology for evaluating the cost-effectiveness of alternative management tools in public-sector institutions: an application to public education**. Rutgers Business School – Newark & New Brunswick, Version: January. 2007.

MWITA, John Isaac. A systems-based approach to public service quality. **The International Journal of Public Sector Management**, v. 13, n. 1, p. 19-37, 2000. Disponível em: <www.emerald-library.com>. Acesso em: 09 set. 2017.

OLIVEIRA, K. V.; CARVALHO, V. A. A. A contabilidade governamental e o calendário eleitoral: Uma análise empírica sobre um painel de municípios do Rio de Janeiro no 77 período 1998 – 2006. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 5, p. 121 – 141, 2009.

OSÓRIO, Vera Lúcia T. **A utilização do Balanced Scorecard no aperfeiçoamento da administração pública gerencial: estudo de caso de uma autarquia municipal**. 2003. 226f. Dissertação (Mestrado profissional em Gerência de Serviços) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PACE, Eduardo S.U.; BASSO, Leonardo F.; SILVA, Marcos A. Indicadores de desempenho como direcionadores de valor. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 7, n. 1, p. 37-65, 2003.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**. São Paulo: FGV, 2005.

PARTIDO PÁTRIA LIVRE. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.partidopatrialivre.org.br/noticias/PPLNaMidia/textFolha2.html>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PARTIDO NOVO. **Conselheiro do Itaú cria partido de direita: O Novo**. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/poder/112002/Conselheiro-do-Ita%C3%BA-cria-partido-de-direita-o-Novo.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PELEIAS, Ivam Ricardo. GUIMARÃES, Erotides Rocha. CHAN, Betty Lillian. CARLOTTO, Mary Sandra. A síndrome de Burnout em estudantes de ciências contábeis de IES Privadas: pesquisa na cidade de São Paulo. **REPeC**, v. 11, n. 1, p. 30-51, 2017.

PEREIRA, Luiz Carlos B. **O Paradoxo da esquerda no Brasil**. Novo Estudo: CEBRAP. Março, 2006.

PORTAL DO PCB. **Portal**. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal2/658>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. **Sessão**: História. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PORTAL DO PMB. **Sessão História do PMB**. Disponível em: <<http://www.pmb.org.br/historia-do-pmb-partido-da-mulher-brasileira/>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PRESTE, Raquel Duarte; ADÃO, Sebastião Ailton da R. S. A contribuição do curso de gestão pública da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA para a modernização da administração pública em Santana do Livramento/RS. In: XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Desafios da Gestão Universitária no Século XXI Mar del Plata. **Anais...** Argentina, 2015.

PTC. **Sessão história**. Disponível em: <<http://ptcmg.org.br/plus/modulos/conteudo/?tac=historia>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

RAMIREZ, Alejandro. **A razão de usar possibilidades (odds ratios) como ferramenta de diagnóstico de campo**. Barcelona, Espanha, 2012. Disponível em: <https://www.3tres3.com.pt/artigos/a-raz%C3%A3o-de-usar-possibilidades-odds-ratios-para-diagnosticar_6311/>. Acesso em: 27 out. de 2018.

RATIS, Simony Pedrini N. **Determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo**. 2012. 78f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências

Contábeis, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE). Vitória, 2012.

REIS, Luciano Elias; NETO, José Osório do Nascimento. O princípio da diferença da teoria da justiça de Rawls face às transferências voluntárias e à gestão associada de serviços públicos pela administração pública: análise indispensável para a distribuição justa de recursos públicos. **Rev. Bras. de Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 1-33, 2011.

RYAN, C.M.; STANLEY, T. A.; NELSON, Morton. Accountability disclosures by Queensland local government councils: 1997-1999. **Financial Accountability & Management**, v. 18, n. 3, p. 276, 2002.

SANO, Hironobu; MONTENEGRO FILHO, Mário J. F. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 35-61, 2013.

SANTOS, Sandra Regina T.; ALVES, Tiago Wickstrom. O impacto da lei de responsabilidade fiscal no desempenho financeiro e na execução orçamentária dos municípios no Rio Grande do Sul de 1997 a 2004. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. 45, n. 1, p. 181-208, 2011.

SANTOS, Karla Gabriele Bahia dos.; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. **Dependência municipal das transferências do fundo de participação dos municípios: uma análise para os municípios do sul da Bahia entre 2008 e 2012**. IV Semana do Economista da Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus - BA, 2014.

SANTOS, Grazielli Faria Zimmer; HOFFMANN, Micheline Gaia. Em busca da efetividade na administração pública: proposição de uma metodologia para *design* e implementação de serviços públicos no município de Florianópolis. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 6, n. 1, p. 88-105, 2016.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL (Brasil). Finanças do Brasil – Receitas e Despesas dos Municípios (2012 e 2016). Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SHALDERS, André. **Análise de votação indica posição de partidos brasileiros no aspecto ideológico**. BBC Brasil.com. São Paulo. Matéria publicada em 11 set. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SILVA, Idenilson Lima da; DRUMOND, Romeu Bizo. **Necessidade da utilização de sistema de custos e de indicadores de desempenho na administração pública** Universidade de Brasília (UNB), Brasília, DF, 2004.

SOUZA, W. J. **Responsabilidade social corporativa e terceiro setor**. Brasília: Universidade Aberta do Brasil, 2008.

TAYLOR, D.; ROSAIR, M. The Effects of participating parties the public and size on government departments accountability disclosures in annual reports, **Accountability and Performance**, v. 6, n. 1, p. 77-97, 2000.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - TCE/SP. **Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www4.tce.sp.gov.br/6524-índice-aponta-efetividade-gestao-mais-4-mil-municípios-brasil>>. Acesso em: 06 out. 2017.

_____. **Manual do IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal)**: aplicado aos Municípios Brasileiros. 2 ed. São Paulo, 2017.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Manual de Auditoria Operacional**. Brasília. Disponível em: <www.portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId>. Acesso em: 19 dez. 2017.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Eleições Anteriores**. Disponível em: <www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

UNICEF. **Guide for monitoring and evaluation: making a difference?** New York: Unicef, 1990.

VELTEN, Simone Reinholz. **Determinantes da rejeição das prestações de contas anuais dos municípios capixabas pelo tribunal de contas do Estado do Espírito Santo**. 2015. 98f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE). Vitória, 2015.

WALLACE, Genevieve. **Attributes of effective managers in the public health sector**. Tasmânia: University of Tasmânia, August, 2013.

WALTER, Lena Christin. **Utvikling av indikatorer for mil jøstyring i offentlig virksomhet - en analyse av Jernbaneverket**. Masteroppgave, 30 stp, 2014.

ANEXO A: PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM TODAS AS EDIÇÕES DO IEGM

ESTADO	ANO	TOT. MUN. FISCALIZADO	RESPONDERAM AO IEGM			% DE ADESÃO
			2014	2015	2016	
AC	2015	22		22		100
	2016				22	100
AL	2015	102		38		37,25
	2016				100	98,04
AP	2015	16		14		87,50
	2016	16			16	100
AM	2015	62		03		4,84
	2016	62			03	4,84
BA	2015	417		358		85,85
	2016	417			230	55,16
CE	2015	184		51		27,72
	2016	184			72	39,13
DF	2015	01		01		100
	2016	01			01	100
ES	2015	78		77		98,72
	2016	78			78	100
GO	2015	246		174		70,73
	2016	246			191	77,64
MA	2015	217		148		68,20
	2016	217			200	92,17
MT	2015	141		0		0
	2016	141			123	87,23
MS	2015	79		61		79,22
	2016	79			78	98,73
MG	2015	853		849		99,53
	2016	853			597	69,99
PA	2015	144		0		0
	2016	144			97	67,36
PB	2015	223		223		100
	2016	223			223	100
PR	2015	399		0		0
	2016	399			288	72,18
PE	2015	185		0	0	0

	2016	185		0	0	0
PI	2015	224		143		63,84
	2016	224			217	96,88
RJ	2015	92		36		39,13
	2016	92			81	88,04
RN	2015	167		159		95,21
	2016	167			167	100
RS	2015	487		482		96,98
	2016	487			478	96,18
RO	2015	52		50		96,15
	2016	52			52	100
RR	2015	15		07		46,67
	2016	15			10	66,67
SC	2015	295		295		100
	2016	295			295	100
SP	2014	645	644			99,84
	2015	645		645		100
	2016	645			645	100
SE	2015	75		75		100
	2016	75			75	100
TO	2015	139		126		90,65
	2016	139			127	91,37
TOTAL		5.560	644	4.037	4.466	

Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXO B: PARTIDOS POLÍTICOS ATIVOS NO BRASIL EM 2017

ORDEM	SIGLA	NOME	DEFERIMENTO	PRESIDENTE NACIONAL	NÚMERO DA LEGENDA
01	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	30/06/1981	Romero Jucá Filho (no exercício da Presidencia)	15
02	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	03/11/1981	Roberto Jeferson Monteiro Francisco	14
03	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10/11/1981	Carlos Lupi	12
04	PT	Partido dos Trabalhadores	11/02/1982	Gleise Helena Hoffmann	13
05	DEM	Democratas	11/09/1986	José Agripino Maia	25
06	PcdoB	Partido Comunista do Brasil	23/01/1988	Luciana Barbosa de Oliveira Santos	65
07	PSB	Partido Socialista Brasileiro	01/07/1988	Carlos Roberto Siqueira de Barros	40
08	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24/08/1989	Aécio Neves da Cunha	45
09	PTC	Partido Trabalhista Cristão	22/02/1990	Daniel S. Tourinho	36
10	PSC	Partido Social Cristão	29/03/1990	Everaldo Dias Pereira	20
11	PMN	Partido da Mobilização Nacional	25/10/1990	Antonio Carlos Bosco Massarollo (presidente Interino)	33
12	PRP	Partido Republicano Progressista	29/10/1991	Ovasco Roma Altimari Resende	44
13	PPS	Partido Popular Socialista	19/03/1992	Roberto João Pereira Freire	23
14	PV	Partido Verde	30/09/1993	José Luis de França Penna	43
15	AVANTE	Avante	11/10/1994	Luis Henrique de Oliveira Resende	70

16	PP	Partido Progressista	16/11/1995	Ciro Nogueira Lima Filho	11
17	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados	19/12/1995	José Maria de Almeida	16
18	PCB	Partido Comunista Brasileiro	09/05/1996	Edmilson Silva Costa	21
19	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	18/02/1997	José Levi Fidelix da Cruz	28
20	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	20/03/1997	Eduardo Machado e Silva Rodrigues	31
21	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	05/08/1997	José Maria Eimael	27
22	PCO	Partido da Causa Operária	30/09/1997	Rui Costa Pimenta	29
23	PODE	Podemos	02/10/1997	Renata Hellmeister de Abreu (no exercício da presidência)	19
24	PSL	Partido Social Liberal	02/06/1998	Luciano Caldas Bivar	17
25	PRB	Partido Republicano Brasileiro	25/08/2005	Eduardo Benedito Lopes Abreu (no exercício da presidência)	10
26	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15/09/2005	Raimundo Luiz Silva Araujo	50
27	PR	Partido da República	19/12/2006	Antonio Carlos Rodrigues	22
28	PSD	Partido Social Democrático	27/09/2011	Alfredo Cotait Neto (no exercício da presidência)	55
29	PPL	Partido Pátria Livre	04/10/2011	Sergio Rubens de Araujo Torres	54
30	PEN	Partido Ecológico Nacional	19/06/2012	Adilson Barroso Oliveira	51
31	PROS	Partido Republicano da Ordem Social	24/09/2013	Euripedes G. De Macedo Junior	90
32	SD	Solidariedade	24/09/2013	Paulo Ferreira da Silva	77

33	NOVO	Partido Novo	15/09/2015	João Dionísio Figueira B. Amoêdo	30
34	REDE	Rede Sustentabilidade	22/09/2015	José Gustavo Fávaro Barbosa Silva	18
35	PMB	Partido da Mulher Brasileira	29/09/2015	Suêd Haidar Nogueira	35

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

ANEXO C: RESULTADOS DA EFETIVIDADE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO (SEGUNDO O IEGM)

ORDEM	ESTADO	ANO	QUANTIDADE			% = (c/b x 100)
			Municípios Fiscalizados (a)	Participantes do IEGM (b)	Efetivos (c)	
1	Acre	2015	22	22	02	9,1
		2016		22	02	9,1
2	Alagoas	2015	102	38	04	10,5
		2016		100	08	8
3	Amapá	2015	16	14	01	7,1
		2016		16	01	6,3
4	Amazonas	2015	62	03	02	66,7
		2016		03	01	33,3
5	Bahia	2015	417	358	30	8,4
		2016		230	13	5,7
6	Ceará	2015	184	51	09	17,6
		2016		72	10	13,9
7	Distrito Federal	2015	01	01	00	00
		2016		01	01	100
8	Espírito Santo	2015	78	77	33	42,9
		2016		78	23	29,5
9	Goiás	2015	246	174	44	25,3
		2016		191	26	13,6
10	Maranhão	2015	217	148	09	6,1
		2016		200	04	2
11	Mato Grosso	2015	141	00	-	00
		2016		123	21	17,1
12	Mato Grosso do Sul	2015	79	61	19	31,1
		2016		78	18	23,1
13	Minas Gerais	2015	853	849	100	11,8
		2016		597	00	00
14	Pará	2015	144	00	-	-
		2016		97	04	4,1
15	Paraíba	2015	223	223	22	9,9
		2016		223	15	6,7
16	Paraná	2015	399	00	-	-
		2016		288	144	50
17	Pernambuco	2015	185	00	-	-
		2016		00	-	-
18	Piauí	2015	224	143	17	11,9
		2016		217	12	5,5
19	Rio de Janeiro	2015	92	36	05	13,9
		2016		81	23	28,4
20	Rio Grande do Norte	2015	167	159	15	9,4
		2016		167	08	4,8
21	Rio Grande do Sul	2015	497	482	280	58,1
		2016		478	206	43,1
22	Rondonia	2015	52	50	08	16
		2016		52	04	7,7
23	Roraima	2015	15	07	01	14,3
		2016		10	00	00
24	Santa Catarina	2015	295	295	147	49,8
		2016		295	161	54,6

25	São Paulo	2014	644	644	604	93,8
		2015	645	645	498	77,2
		2016		645	474	73,5
26	Sergipe	2015	75	75	04	5,3
		2016		75	05	6,7
27	Tocantins	2015	139	126	28	22,2
		2016		127	15	11,8
TOTAL			5.570			

Fonte: Elaborado pelo autor.

ANEXO D: MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM MAIORES CONCEITOS (B+) EM TODAS AS EDIÇÕES NACIONAIS DO IEGM

2015		2016	
MUNICÍPIO	UF	MUNICÍPIO	UF
Fortaleza	CE	Murici	AL
Extrema	MG	Vitória	ES
Américo Brasiliense	SP	Nova Alvorada do Sul	MS
Araras	SP	Arapongas	PR
Arco-Iris	SP	Curitiba	PR
Artur Nogueira	SP	Ivaiporã	PR
Aspásia	SP	Pinhais	PR
Atibaia	SP	São Jorge do Ivaí	PR
Bady Bassitt	SP	Ubiratã	PR
Botucatu	SP	Chapecó	SC
Campos do Jordão	SP	Dona Emma	SC
Castilho	SP	Erval Velho	SC
Cerquilha	SP	Formosa do Sul	SC
Cravinhos	SP	Agudos	SP
Espírito Santo do Pinhal	SP	Altinópolis	SP
Floreal	SP	Américo Brasiliense	SP
Gabriel Monteiro	SP	Andradina	SP
Guararema	SP	Araras	SP
Guaira	SP	Atibaia	SP
Gália	SP	Bady Bassitt	SP
Ibirá	SP	Bariri	SP
Indaiatuba	SP	Bocaina	SP
Inúbia Paulista	SP	Boituva	SP
Ipuã	SP	Botucatu	SP
Itaju	SP	Campos do Jordão	SP
Itanhaém	SP	Cerquilha	SP
Jeriquara	SP	Colômbia	SP
Lins	SP	Cosmorama	SP
Lorena	SP	Embaúba	SP
Lucianópolis	SP	Espírito Santo do Turvo	SP
Marinópolis	SP	Gabriel Monteiro	SP
Morungaba	SP	Guararema	SP
Olimpia	SP	Guareí	SP
Orlândia	SP	Gália	SP
Palmital	SP	Ibirá	SP
Pariquera-Açu	SP	Indaiatuba	SP
Paulistânia	SP	Indiaporã	SP
Piraju	SP	Inúbia Paulista	SP
Pompéia	SP	Ipuã	SP
Populina	SP	Itanhaém	SP
Porangaba	SP	Itararé	SP
Praia Grande	SP	Jeriquara	SP
Presidente Prudente	SP	Louveira	SP
Quadra	SP	Lucianópolis	SP
Quintana	SP	Lucélia	SP
Rafard	SP	Macatuba	SP
Salto	SP	Magda	SP
Santa Branca	SP	Marília	SP
Santa Cruz do Rio Pardo	SP	Mendonça	SP
Santa Rita d'Oeste	SP	Meridiano	SP
Sebastianópolis do Sul	SP	Mira Estrela	SP
Socorro	SP	Mogi das Cruzes	SP
Sorocaba	SP	Mongaguá	SP

São Bernardo do Campo	SP	Morungaba	SP
São Caetano do Sul	SP	Nova Granada	SP
São José do Rio Preto	SP	Novo Horizonte	SP
São José dos Campos	SP	Olimpia	SP
Tabapuã	SP	Orlândia	SP
Taiúva	SP	Palmital	SP
Tambaú	SP	Piratinga	SP
Taquaritinga	SP	Pitangueiras	SP
Torre de Pedra	SP	Potirenduba	SP
Valinhos	SP	Praia Grande	SP
Vinhedo	SP	Presidente Prudente	SP
Votuporanga	SP	Quadra	SP
		Quintana	SP
		Registro	SP
		Ribeirão Corrente	SP
		Sales	SP
		Santa Branca	SP
		Santa Cruz do Rio Pardo	SP
		Santos	SP
		Sebastianópolis do Sul	SP
		Socorro	SP
		São Bernardo do Campo	SP
		São José do Rio Preto	SP
		São José dos Campos	SP
		Tabapuã	SP
		Taiúva	SP
		Tanabi	SP
		Teodoro Sampaio	SP
		Tietê	SP
		Torre de Pedra	SP
		Valparaíso	SP
		Vinhedo	SP
		Votuporanga	SP
		Varzea Paulista	SP
		Araguaina	SP

Fonte: Elaborada pelo Autor.

ANEXO E: COMPONENTE DO IEGM BRASIL

Índice	Objetivo/Metodologia
i-Educ/IEGM Brasil	O objetivo deste índice é apresentar as ações sobre a gestão da educação básica municipal na sua esfera de responsabilidade, buscando de fato se as ações de cada município têm impactado na qualidade da educação e na vida das pessoas. Sua metodologia envolve diversos fatores específicos de gestão local relativos às creches, pré-escolas, ensino infantil e fundamental I, que precisam ser respondidos e enviados via web por cada município.
i-Saúde/IEGM Brasil	O objetivo deste índice é apresentar as ações sobre serviços públicos em saúde municipal na sua esfera de sua responsabilidade, buscando de fato se as ações de cada município têm impactado na qualidade da saúde e na vida das pessoas. Sua metodologia envolve diversos fatores específicos de gestão local em saúde voltado aos cuidados com a atenção básica que precisam ser respondidos e enviados via web por cada município.
i-Planejamento/IEGM Brasil	O objetivo deste índice é medir e ordenar os municípios sobre o planejamento de programas e ações, fazendo com que o usuário da informação entenda, de maneira ampla e objetiva, como se deu tal processo, apontando os possíveis resultados. Sua metodologia teve como base, pesquisas em outros diversos índices de renomados órgãos brasileiros e estrangeiros, sendo observado que o índice trata-se da agregação de valores a outro, que através de um número, procura expressar o resultado de diversas análises realizadas, com o objetivo de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tema analisado.
i-Fiscal/IEGM Brasil	Tem como objetivo estabelecer políticas fiscais nos municípios de forma ordenada para que o usuário da informação entenda, de maneira clara, os resultados das decisões tomadas pelos gestores municipais, referentes à parte fiscal. Quanto a sua metodologia, também trata-se de um número formado a partir de valores agregados a outro, e que expressa o resultado de diversas análises.
i-Amb/IEGM Brasil	O objetivo deste índice é fornecer uma lista contendo a posição dos municípios jurisdicionados que utilizarão indicadores para estabelecer uma métrica das ações do meio ambiente, com o objetivo de impactar na qualidade de vida e nos serviços prestados pelos

	<p>municípios às pessoas. Sua metodologia envolve a apresentação, por cada órgão jurisdicionado, de uma lista de questões sobre o meio ambiente, que deve ser respondida eletronicamente por cada município.</p>
<p>i-Cidade/IEGM Brasil</p>	<p>Seu objetivo é o de fornecer uma lista contendo a posição dos municípios jurisdicionados que utilizarão indicadores para estabelecer o grau de envolvimento do planejamento municipal para proteger as cidades e suas populações de possíveis desastres e sinistros. Sua metodologia envolve a apresentação a cada um dos órgãos jurisdicionado de uma lista de questões específicas a respeito da proteção realizada em seus municípios, que devem ser respondida eletronicamente por cada município.</p>
<p><u>i-Gov TI/IEGM Brasil</u></p>	<p>Seu objetivo é fornecer uma relação contendo a posição de municípios jurisdicionados que utilizarão indicadores para estabelecer um medidor que possa mensurar o conhecimento e o uso de TI (tecnologias da informação) em favor da coletividade. Sua metodologia envolve uma série de questões específicas sobre TI, que deve ser respondida eletronicamente por cada município.</p>

Quadro 1 – Índices Componentes do IEGM Brasil.

Fonte: Próprio Autor.

ANEXO F – DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Variável	Tipo de Variável	Descrição/Justificativa
IEGM	Dependente	Assumirá valor 1 (um) se o município se encontrar na situação de efetivo, de acordo com a faixa de resultados prevista na metodologia do IEGM, que afirma que serão considerados efetivos os municípios que obtiveram notas iguais ou superiores a 60% da nota máxima ou conceitos (A, B+ ou B). Ou assumirá valores iguais a 0 (zero) caso o município se encontre na situação de não efetivo, ou seja, aqueles com notas inferiores a 60% da nota máxima ou conceitos (C+ ou C), de acordo com a faixa de resultados prevista na metodologia do indicador.
População (Pop_{m,p})	Independente	A pesquisa de Dwyer e Wilson (1989) usou a variável “População” para medir o atraso de relatórios. Nosso intuito é o de verificar se os municípios com maior população apresentam relação positiva com o IEGM. Tendo em vista a constatação de que a variável população frequentemente apresenta elevada variabilidade nos dados, quando comparados entre os municípios nos anos estudados, devemos controlar essa variável para evitar o “efeito tamanho” e para aproximá-la de uma função linear, é necessário proceder a uma transformação logarítmica. (RATIS 2012, p. 52). Assim, usamos a variável (Log. Pop_{m,p}) para medir o tamanho da população.
Receita Total Arrecadada (Rec. Tot_{m,p})	Independente	Para capturar esta dimensão, tomamos como base os trabalhos de Ryan, Stanley e Nelson (2002, p. 276) e Laswad, Fisher e Oyelere (2005, p. 111). O primeiro estudo afirma que grandes organizações tendem a empregar mais recursos na produção de relatórios de qualidade, justificando o porquê de a pesquisa utilizar a proxy “receita total” para medir o “tamanho” dos municípios. O segundo estudo, que examinou as determinantes da divulgação de relatórios financeiros, também utilizou a mesma variável para medir o tamanho dos municípios. Assim, queremos investigar, através dessa variável, os municípios maiores em arrecadação mantêm relação positiva com a efetividade de suas gestões. Tendo em vista a constatação de que a variável “Receita Total” frequentemente apresenta elevada variabilidade nos dados, quando comparados entre os municípios nos anos estudados, devemos controlar essa variável para evitar o “efeito tamanho” e, para aproximá-la de uma função linear é necessário proceder a uma transformação logarítmica. (RATIS, 2012, p. 52). Assim, usamos a variável (Log. Rec. Tot_{m,p}) para medir a receita total arrecadada pelos municípios brasileiros.
Formação Acadêmica do Gestor (Form. Prof_{m,p})	Independente	Para avaliar se a formação acadêmica influencia na nota do IEGM, usamos o ensino superior completo como proxie, onde (For. Pro_{m,p}) é uma variável binária que assumirá valor igual a zero, caso o prefeito não possua essa escolaridade e 1 (um) quando o prefeito possuir tal escolaridade. Analoui (1997) constatou em sua pesquisa que o perfil de um gestor efetivo é o de um homem bem informado e capaz. E Ratis (2012) investigou se o grau de instrução dos gestores municipais do Espírito Santo influencia no atraso da divulgação de suas contas públicas anuais. E ainda, Velten (2015), procurou saber se a escolaridade dos prefeitos dos municípios capixabas exercia influência na reprovação das

		<p>contas anuais pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE-ES.</p> <p>Com essa variável pretende-se investigar se municípios que possui prefeitos com formação acadêmica são considerados mais efetivos que aqueles administrados por prefeitos sem essa formação. Os dados dessa variável para o período de 2012 a 2015 foram coletados de informações declaradas ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) pelos prefeitos eleitos no ano de 2011 (ano eleitoral). E para o ano de 2016, os dados foram coletados de informações declaradas ao TSE pelos prefeitos eleitos nas eleições ordinária ocorrida em 2015.</p>
Quantidade de Candidatos (Q. Cand._{m,p})	Independente	<p>É a quantidade de candidatos que concorreram ao cargo de prefeito nas duas últimas eleições (2011 e 2015). A pesquisa de Laswad et al, (2005), ao examinar determinantes para a divulgação de relatórios financeiros, por parte de autoridades municipais da Nova Zelândia, utilizou, como uma de suas variáveis, a quantidade de candidatos que concorreram a cargos na última eleição municipal. O estudo de Ratis (2012) também utilizou essa variável para investigar determinantes do atraso das contas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. Assim, com essa variável, pretende-se investigar se a quantidade de candidatos que concorreram nas eleições municipais para o cargo de prefeito, influencia positivamente o IEGM.</p>
Prefeito é Reeleito (Pre. Rec._{m,p})	Independente	<p>Essa variável representa se em um determinado ano o prefeito foi reeleito ou não. Sendo atribuída uma variável binária (Dummy) 0 (zero), (um), caso no ano não tenha havido eleição, ou se houve, mas o prefeito não foi reeleito, e 1 (um) se houve eleição no ano e o prefeito foi reeleito.</p> <p>Ferraz (2011) revelou em seus estudos que a CGU – Controladoria Geral da União, constatou através de auditorias realizadas em municípios brasileiros, que, aqueles governados por prefeitos reeleitos tem maior chance de praticarem atos de corrupções do que aqueles municípios governados por prefeitos em primeiro mandato.</p> <p>Pretende-se com essa variável, investigar se os municípios com prefeitos reeleitos são menos efetivos que aqueles com prefeitos em primeiro mandato.</p>
Partido do Prefeito é o mesmo do Governador de seu Estado (P. Pr. Gov._{m,p})	Independente	<p>Esta variável investiga se o prefeito é do mesmo partido que o Governador de seu respectivo Estado e assume valores binários (Dummy) iguais a 0 (zero) caso o prefeito não seja do mesmo partido que o governador de seu respectivo Estado, e assume valor 1 (um) se o prefeito pertencer ao mesmo partido do governador.</p> <p>Ratis (2012) usou essa variável para investigar as determinantes do atraso na divulgação de contas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. E Velten (2015) usou a mesma variável para estudar os fatores de rejeição de contas anuais dos municípios capixaba pelo TCE.</p> <p>Pretende-se com essa variável, investigar se os municípios com prefeitos que pertencem ao mesmo partido do governador de seu respectivo Estado são mais efetivos que aqueles governados por prefeitos que não pertençam ao mesmo partido de seus respectivos governadores.</p>
Partido do Prefeito é o mesmo do Presidente da	Independente	<p>Identifica se o prefeito é do mesmo partido que o Presidente da República e assume valores binários (Dummy) iguais a 0 (zero) caso o prefeito não seja do mesmo partido que o Presidente, e assume valor 1 (um) se o prefeito pertencer ao mesmo partido que o Presidente.</p>

República (P. Pr. Pre. _{m,p})		Ratis (2012) usou essa variável para investigar as determinantes do atraso na divulgação de contas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. Pretende-se com essa variável, investigar se os municípios com prefeitos que pertencem ao mesmo partido que o Presidente da República são mais efetivos que aqueles governados por prefeitos que não pertençam ao mesmo partido do Presidente.
Julgamento de Contas pelo TCU (Jul. Con. _{m,p})	Independente	Esta variável representa o resultado da apreciação das contas anuais dos municípios brasileiros, pelo Tribunal de Contas da União, no período de 2012 a 2016. E também assume valores binários (Dummy) iguais a 0 (zero) caso não tenha havido nenhuma prestação de contas anual do município reprovada pela TCU (Tribunal de Contas da União) e 1 (um) caso tenha havido pelo menos uma prestação de contas reprovada pelo TCU. Velten (2015) utilizou a apreciação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo em sua pesquisa para estudar quais os fatores de rejeição das prestações de contas anuais dos municípios capixabas. Pretende-se com essa variável, investigar se aquelas gestões que tiveram, pelo menos uma prestação de contas anual reprovada, não foram consideradas efetivas pelo IEGM.
Ideologia Partidária (Ide. Par. _{m,p})	Independente	Para o período de 2012 a 2014, levamos em conta as classificações de Carreirão, (2005); Oliveira e Carvalho, (2009) e Velten (2012). E para o período de 2015 a 2016, tomamos como base principal um estudo da BBC Brasil, que analisou os resultados de 10 (dez) recentes votações na Câmara dos Deputados. Essas votações ocorreram nos anos de 2015 a 2017, e isso justifica a nossa escolha da fonte por coincidir com o período desta pesquisa e pelo fato de o estudo trazer uma classificação dos partidos mais atualizada. Assim, essa variável indicará se o partido do prefeito de um município “m” em um período “p” é de direita ou de esquerda. Sendo identificado por meio de uma variável binária (Dummy), em que assumirá valores iguais a 0 (zero) caso o partido do prefeito não seja classificado como sendo de esquerda e assume valores iguais a 1 (um) caso seja classificado como sendo de esquerda. Pretende-se com essa variável, investigar se municípios com prefeitos pertencentes a partidos de esquerda possuem maiores conceitos no IEGM que aqueles administrados por prefeitos de qualquer outra ideologia partidária.
Dependência dos Municípios do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) (D. FPM. _{m,p})	Independente	Essa variável tem como função, capturar o índice de dependência dos municípios brasileiros com o FPM (Fundo de Participação dos Municípios). E é representada pela divisão da receita total arrecadada do FPM de um município “m” num período “p” pela receita total arrecadada por este município no mesmo período. Conforme equação 2 abaixo: $D - FPM_{m,p} = \frac{FPM_{m,p}}{RT_{m,p}} \quad (2)$ A variável $D - FPM_{m,p}$ representa uma variação entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que quanto mais ela se aproximar de “UM” o índice indica uma maior dependência das receitas de FPM, e no caso do índice se aproximar de ZERO demonstra uma menor dependência dessa receita (RATIS 2012 p. 54 - adaptado).

		Pretende-se com essa variável, investigar se municípios com os maiores índices de dependência do FPM, possuem relação negativa com o IEGM.
Dependência dos Municípios da Transferência Voluntária ($D. TV_{m,p}$)	Independente	<p>A função desta variável é a de apresentar, em forma de índice, o grau de dependência dos municípios brasileiros com as transferências voluntárias. Sendo representada pela divisão da receita total de transferências voluntárias recebidas por um município “m” num período “p” pela receita total arrecadada por este mesmo município no mesmo período. Conforme equação 3 abaixo:</p> $D - TV_{m,p} = \frac{TV_{m,p}}{ROT_{m,p}} \quad (3)$ <p>A variável $D - TV_{m,p}$ representa uma variação entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que quanto mais ela se aproxima de “UM” o índice indica uma maior dependência das receitas de transferências voluntárias, e no caso do índice se aproximar de ZERO, demonstra uma menor dependência dessas receitas (RATIS 2012 p. 54 - adaptado).</p> <p>Pretende-se com essa variável, investigar se municípios com os maiores índices de dependência das transferências voluntárias possuem relação positiva com o IEGM.</p>

ANEXO G - ESCOLARIDADE DOS PREFEITOS ELEITOS NO BRASIL EM 2016

Escolaridade	Número de Observações	%
Lê e Escreve	44	0,79
Ensino Fundamental Incompleto	339	6,13
Ensino Fundamental Completo	363	6,56
Ensino Médio Incompleto	141	2,55
Ensino Médio Completo	1.421	25,69
Superior Incompleto	311	5,62
Superior Completo	2.913	52,66
TOTAL	5.532	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.